



**ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM**

**1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE
2022
(2021-2025)**

ATA Nº 03

07-04-2022

Vera Rocha
Humberto



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SÃO JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM

Ata nº 3

1ª Sessão Ordinária de 2022 (Terrugem)

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no edifício Sede da Assembleia de Freguesia, realizou-se a 1ª Sessão Ordinária de 2022 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, presidida pelo Presidente, Carlos Manuel dos Santos Duarte.

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

- 1-Período de Intervenção do Público.
- 2-Período de Antes da Ordem do Dia.
- 3- Período da Ordem do Dia:
 - 3.1- Apreciação e votação da ata nº 2/2021.
 - 3.2 - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade e da situação financeira da Freguesia, ao abrigo da alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta do Executivo nº 10/2022 relativa ao Contrato Interadministrativo com a Câmara Municipal de Sintra sobre reparações e manutenção da EB-2,3 Alto dos Moinhos, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - 3.4 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021, nos termos da alínea b) do nº1 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - 3.5- Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 9 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - 3.6- Apreciação e votação da 1ª revisão orçamental de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Estiveram presentes os seguintes Deputados da Freguesia:

- Vera Sofia Rodrigues da Rocha- 1ª secretária (Partido Social Democrata)
- Humberto Manuel Príncipe Duarte- 2º secretário (Partido Social Democrata)
- José Manuel Patrão dos Santos (Partido Social Democrata)
- José Augusto Duarte Carreira (CDS-PP)
- Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães Cabral da Câmara (Partido Social Democrata)
- Luís Fernando Alegre dos Santos (Partido Socialista)
- Isaura Patrícia de Barros Abreu- em substituição ao abrigo do art.º 12º do Regimento (Partido Socialista)
- Nuno Alfredo da Silva Cardoso (Partido Socialista)
- Ana Maria Domingos Carioca (Partido Socialista)
- Henrique Manuel de Oliveira Martins (Partido Socialista)
- Domingos Manuel Pereira Vicente- em substituição ao abrigo do artigo 12º do Regimento (Coligação Democrática Unitária)
- Pedro Miguel Pires da Costa (Partido CHEGA)

Pela parte do Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes todos os seus elementos, respetivamente:

O Presidente- Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão
 A Secretária- Ana Cláudia Branco Rolo
 A Tesoureira- Lígia Joana Carreira Duarte
 Vogal- José Alberto dos Santos Carvalho
 Vogal- Bernardo Barros Martins da Silva

ABERTURA

O Sr. Presidente da Mesa, referiu: Muito boa noite.

Antes de darmos início a mais esta sessão da Assembleia, permitam-me os habituais cumprimentos, nomeadamente ao Sr. Presidente da Junta, às senhoras e senhores membros do Executivo da Junta, às Sras. e Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, os serviços administrativos aqui presentes. Eu peço desculpa não sei o seu nome, mas é o senhor que em princípio está encarregue da gravação, já vamos falar disso. Uma saudação especial ao público presente, a todos muito obrigado.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente, referiu; Creio que não existem pedidos de inscrição para uso da palavra relativamente ao público, peço a confirmação da Sra. Dona Sandra?

A funcionária, Sandra Machado, referiu: Não.

O Sr. Presidente, referiu: Não havendo lugar ao primeiro ponto, ao período de intervenção, passaríamos para o período antes da ordem do dia. Antes de darmos início à Assembleia dar-vos uma informação que se prende com o carácter experimental, que se pretendia fazer, há possibilidade de termos as reuniões filmadas. Não tivemos ainda oportunidade de falar sobre isso, as gravações são gravações normais, creio que tem sido também prática noutras assembleias de freguesia, no entanto eu gostaria de ouvir as diferentes bancadas, para tecerem alguma consideração sobre esta possibilidade. Se eventualmente existir alguém que queira usar da palavra, como vos disse é um carácter experimental. Entendo que até para elas poderem eventualmente estar disponíveis em vídeo nas plataformas, transmitem ou conferem uma maior transparência também às próprias reuniões. Não sei qual é a vossa opinião e gostaria de ouvir, se alguém assim o entender.

Não percebo muito de tecnologias, mas admito que tenham sido feitos todos os esforços no sentido de conseguirmos.

A Sra. Deputada Ana Carioca, questionou: O objetivo é fazer a transmissão em direto? Em que plataformas?

O Sr. Presidente referiu: Segundo o que me foi transmitido será transmitido em direto, no Youtube e Facebook. Como disse há pouco esta sessão é só mesmo de carácter experimental. Assim sendo podemos ir para o carácter experimental desta sessão? Muito bem, muito obrigado.

Atendendo a que não há período de intervenção do público, chegaram à mesa dois pedidos de substituição, um do Partido Socialista, a pedir a substituição da Sra. Maria de Fátima de Oliveira, que será substituída pela Sra. Isaura Patrícia de Barros Abreu e o segundo pedido de substituição da (CDU) o Sr. Ludovico Martins, pede a sua substituição por motivos profissionais, será substituído pelo Sr. Domingos Vicente.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: O pedido de substituição apresentado pela CDU, não se encontra correto uma vez que o Sr. Domingos não é o elemento

seguinte na lista da CDU. Faltam os pedidos de substituição dos membros antes do Sr. Domingos.

O Sr. Presidente, referiu: É a CDU que indica o elemento que veio substituir e não conheço a lista da CDU. Se a Sra. Ana Carioca conhece a lista da CDU, pode dar uma ajuda e dizer qual o elemento que deveria estar presente.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Mónica Carvalheira.

O Sr. Presidente, referiu: Não teve possibilidade de vir. Pergunto-lhe qual o membro seguinte?

A Sra. Deputada Ana Carioca, respondeu: Luís Miguel Morgado.

O Sr. Presidente, referiu: Entendo o que me quer dizer, na eventualidade do Sr. Ludovico não poder vir, deveria ser indicado pela CDU as respetivas substituições. Essa falta não pode ser imputada á assembleia de freguesia, mas sim á CDU. É á CDU que compete.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Compete á Mesa aferir as substituições.

O Sr. Presidente, referiu: Se a CDU indica um elemento aceita esse elemento como elemento substitutivo. Mas se entenderem que o Sr. Domingos não pode estar presente, eu próprio peço que ele saia. Tive conhecimento da substituição agora e estou a dar a conhecimento á assembleia, se a assembleia aceitar a substituição está o problema resolvido, se não aceitar coloca a votação a saída do membro da CDU que está aqui presente.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Existem procedimentos que a Mesa tem que ter. Se a Mesa não tem, que peça uma lista de todas as bancadas eleitas.

O Sr. Presidente, referiu: Já entendi o que me está a querer dizer, mas também compreenderá que não é minha obrigação estar a conferir as substituições. Proponho que passássemos ao período antes da ordem do dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente, referiu: Chegaram à mesa um voto de pesar, apresentado pelo (PSD) e três moções apresentadas pela (CDU).

-Voto de Pesar pelas Vítimas da Guerra na Ucrânia (PSD)- **anexo um**

-Moção número um- “25 de Abril- Abril é mais futuro e 1º de maio e a luta dos trabalhadores” (CDU)- **anexo dois**

-Moção número dois- “Sobre os combustíveis”, apresentada pela (CDU)- **anexo três**

-Moção número três- Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra (CDU)- **anexo quatro**

Coloco á votação a admissão do voto de pesar.

VOTAÇÃO

ADMITIDO POR UNANIMIDADE.

Referiu: Vamos também submeter a votação da admissão das três moções. Pergunto ao Sr. Domingos se quer que sejam submetidas em conjunto ou individualmente?

O Sr. Deputado Domingos Vicente, respondeu: Podem ser em conjunto.

Handwritten notes:
 ✓
 Vereador
 Abril 11

Vere Rocha
Am (11)

O Sr. Presidente, referiu: Submeto à assembleia a aceitação das três moções para a ordem de trabalhos.

VOTAÇÃO

Foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DA GUERRA NA UCRÂNIA (PSD) (anexo um)

O Sr. Presidente, referiu: passáramos então à apresentação do voto de pesar. Presumo que a Sra. Dona Filipa pretenda ler.

A Sra. Deputada Filipa Guimarães, respondeu: Sim.

Referiu: Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Excelentíssimo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, caro Executivo, caros elementos da mesa, caros funcionários da Assembleia, caros colegas presentes das diferentes cores partidárias, caro público em geral. (procedeu à leitura do voto de pesar)

O Sr. Presidente, referiu: Obrigado Sra. Filipa. Coloco o voto de pesar (anexo um) à votação.

VOTAÇÃO:

Votos a favor: TREZE (PSD+PS+CDS+CDU+CHEGA)

Pelo que foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

O Sr. Presidente, referiu: Peço-vos então um minuto de silêncio.

Iniciou-se um minuto de silêncio, de acordo com o solicitado no referido voto de pesar.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado. Passáramos então à apresentação das moções da CDU, não sei se o Sr. Domingos pretende que sejam lidas aqui. Não sabe se os colegas da Assembleia já têm as moções, se pretendem que as moções sejam lidas, ou se querem que passemos diretamente à votação.

O Sr. Deputado Domingos Vicente, respondeu: Sim quero que sejam lidas.

MOÇÃO NÚMERO UM: “25 DE ABRIL É MAIS FUTURO E 1º DE MAIO E A LUTA DOS TRABALHADORES” (anexo dois)

O Sr. Presidente, referiu: Peço à 1ª Secretária da Mesa para ler a moção número um- “25 de Abril- Abril é mais futuro e 1º de Maio e a luta dos trabalhadores”.

A Sra. Vera Rocha, 1ª Secretária da Mesa- Procedeu à sua leitura.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado. Alguém deseja fazer alguma intervenção relativamente a esta moção? Sra. Dona Ana, por favor.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Boa noite Sr. Presidente da Mesa, a esta Assembleia, público presente, Executivo e aos seus funcionários e ao Sr. contabilista. Relativamente ao voto de pesar uma vez que foi logo submetido a aprovação, a bancada do PS votou favoravelmente como é obvio. Tinham também pensado apresentar uma moção nesse sentido, como ela entrou e a subscrevem integralmente, obviamente seria desnecessário fazer a apresentação de uma moção no mesmo sentido.

Relativamente a esta moção da CDU, para nós 25 de Abril sempre! Contudo não concordam com a carga e matriz ideológica subjacente à moção, que sob o pretexto

de comemorar o 25 de Abril e saudar o 1º de Maio, encerra no seu último parágrafo a visão, no nosso entender estreita e distorcida que a CDU faz da situação Nacional e Internacional. Assim a bancada do PS, apela e saúda as comemorações do 25 de Abril, bem como do 1º de Maio, mas terá de abster-se na moção apresentada.

O Sr. Presidente, referiu: Agradeço a sua intervenção. Pergunto se mais alguém deseja intervir? Faça favor Sr. José Augusto.

O Sr. Deputado José Augusto, referiu: Boa noite Sr. Presidente, elementos da Mesa, Executivo, funcionários da Junta, colegas e público em geral.

Custa-me um bocado votar esta moção devido às circunstâncias que existem neste momento, porque a CDU ainda não admitiu que há uma guerra na Ucrânia que foi invadida pelo povo russo.

Concordo com a moção do 25 de Abril, mas não concordo que seja a CDU a propô-la, porque a CDU está a ir contra o que está a fazer neste momento, porque não aceita, não concorda e repugna contra os factos que existem na Ucrânia. Se não veem que há uma invasão á Ucrânia e depois apresentam uma moção sobre o 25 de Abril, sobre o fascismo.

Se fosse outra bancada tudo bem, agora a CDU a propor não concorda com o teor.

O Sr. Presidente, questionou: Pergunto se mais alguém quer intervir? Referiu: Sra. Dona Filipa, por favor.

A Sra. Deputada Filipa Guimarães, referiu: Na sequência do que foi defendido anteriormente, acha que o 25 de Abril e outras datas como o 25 de Novembro, foram marcos na história portuguesa e foi uma construção congregada com várias forças políticas ou com várias sensibilidades. O 25 de Abril não tem dono, o 25 de Abril ainda hoje está muita coisa para construir e todos nós temos essa consciência. Por isso e por ausência forma como os dois últimos parágrafos foram salientados, o Partido Social Democrata e a respetiva bancada irá se abster, considerando que o 25 de Abril é uma construção constante ainda há muito por fazer e não tem um padrinho só. É fruto de muita gente que lutou por ele e não há donos disto tudo no 25 de Abril. E ainda há muito por fazer especialmente para gerações que estão ainda nesta sala, jovens que têm uma precaridade laboral, têm que emigrar e muitas vezes nem percebem a questão identitária que está por trás do 25 de Abril e como tal, com a sua responsabilidade enquanto política e ativista, considera que tem responsabilidade com todos os presentes nesta sala. Agradeço a proposta da CDU não descorando, mas não é um projeto de construção apenas da CDU, é de todos nós. Disse!

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado. Pergunto se mais alguém quer intervir? Não havendo mais pedidos de intervenção, coloco à votação a **Moção “25 de Abril- Abril é mais futuro e 1º Maio e a luta dos trabalhadores”** apresentada pela CDU.

VOTAÇÃO

Votos a favor: UM voto a favor (CDU)

Abstenções: DOZE abstenções (PSD+PS+CDS+CHEGA)

Pelo que foi **APROVADA COM UM VOTO**.

MOÇÃO NÚMERO DOIS: “SOBRE OS COMBUSTÍVEIS” (anexo três)

O Sr. Presidente, leu a segunda Moção “Sobre os combustíveis”.

O Sr. Presidente, referiu: Pergunto se alguém pretende intervir? Sra. Dona Ana por favor.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: A bancada do PS adere incondicionalmente á expressão solidariedade a todas as associações humanitárias de

bombeiros voluntários, mas cremos que o que está verdadeiramente em causa nesta moção não é isto. Com a solidariedade às associações de bombeiros todos concordamos! Na verdade, os motivos da exposição da moção não refletem todo o contexto que motiva o aumento dos preços dos combustíveis, que a todos afeta e que neste momento é também fruto de uma guerra iniciada pela Rússia, o que a moção mais uma vez branqueia e omite. Neste sentido e expressando toda a solidariedade aos bombeiros voluntários, às associações dos bombeiros voluntários, a bancada do PS terá de se abster também nesta moção. Obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado. Pergunto se mais alguém pretende intervir relativamente a esta moção? Sr. Pedro Costa, por favor.

O Sr. Deputado Pedro Costa, referiu: Muito boa noite Sr. Presidente, elementos da Mesa, Sr. Presidente do Executivo e restantes elementos do Executivo, caros colegas, caros funcionários e público em geral.

O Partido CHEGA vai votar favoravelmente a esta medida e manifesta toda a nossa solidariedade a todo o tipo de associações.

Sobre o ponto dois, acho que peca por pouco não é preciso legislar para ter gasóleo verde para os bombeiros, é preciso ir muito mais além, é preciso intervir na carga fiscal, que sim cabe ao Governo controlar esta subida descontrolada de preços nos combustíveis que nos afeta a todos. E é nesse sentido que querem deixar este reforço. São solidários, concordam com esta moção, mas é preciso ir mais além. Também concordam com a posição do PS de que há algo mais que ficou por dizer, mas sobre isso não nos vamos pronunciar.

O Sr. Presidente da Mesa, referiu: Obrigado pela intervenção. Mais alguém pretende intervir relativamente a esta moção. Não havendo mais inscrições, coloco à votação a Moção “Sobre os combustíveis” apresentada pela CDU.

VOTAÇÃO

Votos a favor: OITO (PSD+CDS+CDU+CHEGA)

Abstenções: CINCO (PS)

Pelo que foi APROVADA POR MAIORIA.

MOÇÃO NÚMERO TRÊS: “PELA PAZ, PELA VERDADE, CONTRA A MENTIRA E OS CRIMES DE GUERRA” (anexo quatro)

Sr. Presidente, referiu: Passemos á terceira moção apresentada pela CDU. Peço á 1ª Secretária da Assembleia para a ler.

A Sra. Vera Rocha- 1ª Secretária- Leu a moção.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado. Á semelhança das outras moções eu pergunto se alguém pretende intervir. Sra. Dona Ana Carioca, por favor.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: A moção revela claramente o posicionamento político da CDU, sobre o que se passa na Ucrânia. A CDU alimenta a ideia de que a Rússia não é o país invasor e agressor. Sejamos claros a Ucrânia é um país livre, independente e soberano, com Governo democraticamente eleito, primeiro facto.

Segundo facto, no dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a Ucrânia ao arrepio de todas as normas morais e de direito internacional.

Terceiro Facto, a Rússia é o país invasor, a Ucrânia o país invadido, agredido e neste momento totalmente destruído.

Como é obvio a comunidade internacional não pode assistir impávida ao desvario russo.

Vera Rocha
Am / AL

O confronto económico de que fala a CDU na sua moção, mais não é do que a resposta mínima para evitar uma escalada global da guerra, sob o pretexto de condenar os crimes de guerra o que para todos é consensual, a CDU apresenta uma moção elevada de palavras ocas, sem posicionamento claro e inequívoco. Este texto vem aliás ao encontro do vosso voto contra do PCP, relativamente ao convite feito ao Presidente Zekensky para discursar no Parlamento português, porque sem branqueamentos nem reserva mental, somos todos contra os crimes de guerra, independentemente do local ou por quem são perpetrados.

Mas percebemos claramente que o verdadeiro sentido desta moção e das expressões nela utilizadas, não é a condenação desses mesmos crimes de guerra, mas sim a posição que a CDU tem sobre a situação atual na Ucrânia, a qual consideramos profundamente errada e ofensiva do sofrimento do povo ucraniano.

Votaremos contra esta moção.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado. Mais alguém pretende usar da palavra? Sra. Dona Filipa, por favor.

A Sra. Deputada Filipa Guimarães, referiu: Na sequência do que foi dito no voto de pesar que foi aqui lido, não basta fazer um minuto de silêncio. Efetivamente mais cego é o que não quer ver e o Kremlin como nós sabemos manipula a informação. Existe um tribunal internacional de justiça que está a averiguar a situação, porque há um país que é invasor e outro que é invadido.

É a maior crise de refugiados de toda a europa, as mulheres são violadas, friamente, em grupo e depois são abertas a sangue-frio, isto passasse na Ucrânia e os próprios filhos assistem a esta situação, há uma violação do direito á vida e a união soviética como foi no passado nós não a queremos.

Nós temos uma União Europeia onde a consagração pela paz é dita na diversidade á unidade e se as pessoas não aceitam este modelo governativo assente na soberania dos estados, no respeito mútuo e na cooperação para o desenvolvimento e irradiação da pobreza que é o grande projeto europeu e o grande objetivo a consagração da paz mundial, tal como hoje aconteceu que as Nações Unidas estão já a colocar em causa a posição da Rússia, na própria Organização Internacional das Nações Unidas, que é a grande carta que dita assim a paz mundial entre os estados.

Acho inadmissível este tipo de moção, porque é uma hipocrisia quando as pessoas não querem ver os factos que nos chegam, talvez se fosse um neto ou um filho nosso, se calhar víamos a coisa de forma diferente.

Existe a violação direta do direito internacional e já está em causa uma investigação do que aconteceu em Bucha, que é um genocídio e perante isto só tenho uma coisa a dizer, como é que um estado-membro é tão contra estas organizações internacionais e depois apresenta listas na União Europeia a Eurodeputados. Eu se fosse contra não era capaz.

É triste esta lavagem cerebral, tem amigos russos, o povo russo não é o Putin é um facto, também são vítimas. Mas o Partido Social Democrata não pode admitir, nem aceita esta moção. Com certeza que vai votar contra, ainda para mais depois do voto de pesar que foi admitido nesta assembleia, que todos cumprimos e que espelhou tudo que se passa e os dados atuais. Infelizmente as mortes ainda são superiores às que nos chegam da Human Rights Watch e das Nações Unidas, isto é a maior crise de refugiados após a segunda guerra mundial. Se as pessoas não querem ver isto e não querem consagrar a dignidade humana, não vale a pena falar de liberdade, não vale a pena falar de direitos, não vale a pena falar do grande capital, porque antes de haver grande capital tem que haver vida humana. Disse!

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado também pela sua intervenção. Pergunto se mais alguém quer intervir? Não havendo mais pedidos de intervenção, coloco à votação.

VOTAÇÃO



Votos a favor: UM (CDU)
 Votos contra: DOZE (PSD+PS+CDS+CHEGA)
 Pelo que foi **REPROVADA**.

O Sr. Presidente, referiu: Antes de passar ao ponto dois, permitam-me que me dirija diretamente ao Sr. Domingos, para lhe fazer um pedido e para lhe recordar o que está expresso no nosso regimento, nomeadamente no seu ponto doze, quando se verifica a ausência de um elemento da Assembleia de Freguesia por um período inferior trinta dias, diz o seguinte no seu ponto três a substituição deverá ser comunicada pelo substituído ao seu grupo político, tendo este a responsabilidade pela sua substituição. É verdade o que a Sra. Dona Ana Carioca disse relativamente à substituição do elemento da CDU e isso está expresso também no nosso regimento, no artigo décimo terceiro quando diz "As vagas ocorridas na Assembleia de Freguesia são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga". Como todos sabemos a CDU é a única coligação que existe em Portugal.

Peço ao Sr. Domingos que junto do seu grupo político, nos fizesse chegar a justificação da ausência de justificação, passa o pleonasma, dos seus dois companheiros, que deveriam obviamente ter enviado para a Assembleia de Freguesia a impossibilidade de estarem presentes, fazendo com que o Sr. Domingos estivesse a assumir a substituição do Sr. Ludovico. É um favor que lhe peço, para que mais tarde possamos juntar à ata esse mesmo documento.

O Sr. Deputado Domingos Vicente, referiu: Vou fazer chegar esses documentos.

O Sr. Presidente, referiu: Muito bem Sr. Domingos, é aquilo que lhe peço efetivamente, porque se bem que no ponto doze do regimento diz que a responsabilidade é do grupo político, não deixa de ser verdade como a bancada do Partido Socialista bem frisou, que eventualmente deve ser feita a substituição pelo elemento imediatamente a seguir da lista. Peço-lhe o especial favor de junto do seu grupo político que nos faça chegar as respetivas justificações. Muito obrigado. Alguém quer intervir? Sr. Henrique Martins, por favor.

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: Boa noite Sr. Presidente, membros do Executivo, membros da Assembleia, público presente.

Primeiro destaco o facto de ontem dia 6 de abril, dia da Vila da Terrugem, esteve aqui neste edifício que é Sede da Assembleia, ele e os colegas de bancada do Partido Socialista, quiseram dar o seu contributo para que esta comemoração tenha a dignidade que defendem, ou seja há eventos da responsabilidade da Junta e quando podem fazem os possíveis para colaborar. Foi o décimo primeiro, esperemos que para o ano que estejamos cá todos e que o décimo segundo e o décimo terceiro venham bem.

Saliento alguns aspetos que já foram abordados anteriormente, referindo que o prazo de resposta às questões que são colocadas à Junta, a Junta deve fazer os possíveis para os cumprir para não demorar demasiado e não sobrecarregar como foi o caso desta assembleia, imensa documentação a juntar a esta convocatória, quem não está em exclusivo na função cria alguma dificuldade.

Saliento o documento que foi disponibilizado a todos os membros da Assembleia, sobre as questões colocadas anteriormente, património da freguesia, cruzeiros da freguesia. Há referência a um trabalho da sua autoria que foi publicado, existem pequenos aspetos que precisam ser corrigidos. A ausência do cruzeiro do cemitério de S. João, o facto de referir que uns são da Câmara e que outros não.

Vera Lobo
Amal Ate

De qualquer forma a informação é um contributo positivo para aquilo que se pretende, quando o site da Junta estiver disponível e que essa informação que é da nossa Freguesia esteja disponível para quem quiser consultar.

Relativamente às questões colocadas sobre a intervenção da Junta em matéria de recuperação do património, quero salientar alguns aspetos, os abrigos de passageiros que são imensos alguns deles em alvenaria executados pela Junta, são em número de trinta e não vinte e oito, falta um em Cortesia e um em Gouveia.

Pergunto eu se não será também de integrar no inventário da Junta, pois é património da Junta. Gostava de saber se sim ou se não. De qualquer forma é nosso património e faz parte da identidade da freguesia de S. João das Lampas. Há trinta e tal anos alguém que esteve no Executivo começou e depois teve continuidade e é uma marca na freguesia de S. João das Lampas.

De qualquer forma as intervenções que a responsabilidade é uma atribuição da Junta para terem os abrigos minimamente em condições, percebemos que há muitos atentados ao património, grafitis, mas em outros casos á vidros partidos, á ervas na calçada, essa intervenção deve ser mais frequente para que não fique anos. Todos os anos os mais necessitados e mais um ou outro que necessite de outra atenção.

Relativamente às fontes e fontanários é atribuição da Junta os ter em condições, a lista apresentada elenca uma série de coisas, mas está muito incompleto e já o disseram algumas vezes. A nossa Freguesia de S. João das Lampas e a da Terrugem têm muito mais do que aquilo que está referenciado.

De qualquer forma a pergunta que fiz antes de ser membro da Assembleia era quais as fontes onde têm contadores dos SMAS, para nós também percebermos os que têm minas de nascente e os outros que têm contadores e alguns não o têm. Foi esse pedido que fez e gostaria de ter acesso a essa informação a nível pessoal daquilo que é o seu trabalho neste âmbito e também nós assembleia termos a perceção do que temos aqui, é uma exigência enorme temos a caminho de duzentas fontes/fontanários.

Lembro-me de ter feito referência á fonte de Armés que é um património nacional, e o que a Junta fez na altura deixou uma necessidade de corrigir, pintar as letras romanas, umas ou outras deturpam o sentido daquilo. Já fiz a sugestão anteriormente e faço agora, a Junta podia contactar quem percebe disto a MASMO, para pintar mais duas ou três letras, para que a frase que lá está seja a frase correta. Poderíamos falar muito mais das fontes, a lista que apresentaram existe um desfasamento entre o da Terrugem e o de S. João. O da Terrugem faz referência às ligações dos SMAS e o de S. João não. Esse trabalho também devemos fazer, para que a informação esteja minimamente e percebermos os gastos que a Junta tem com a água em tudo isto, que em alguns casos são exorbitantes e em alguns casos até se justifica retirar alguns contadores, é um aspeto relevante porque é gerir bem os recursos que temos.

A questão estatutária também está elencada uma série de estátuas que estão na nossa Freguesia, no entanto alguma informação que diz que alguns são da competência da Câmara Municipal de Sintra e ficou admirado. A estátua do Padre José do Casal junto ao lar, da Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora da Nazaré são da responsabilidade da Câmara?

O saloio que foi oferecido á Junta em contrapartida pelo que está no Jardim Saloio, o busto do Sr. Manuel Carioca e falando aqui do busto do Sr. Manuel Carioca, saliento o meu testemunho enquanto membro, que foi enviado para o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, para ser disponibilizado a todos vós, para conhecermos o testemunho de quem tem andado por aqui. De qualquer forma o busto do Sr. Manuel Carioca faz parte da responsabilidade da Junta, existem alguns aspetos que deverão ser tidos em conta. Pergunto se é o único que a Junta tem responsabilidade direta, tal como a intervenção que foi feita no cruzeiro de Santa Susana que a Junta assumiu e não é responsabilidade da Junta, ou seja, precisamos de clarificar o que são as nossas atribuições. Saliento que todos os trabalhos que fazem são de valorizar. Temos

que ter em conta as nossas responsabilidades diretas e essas não podemos esquecer-las e as que não são diretas podemos dar o nosso contributo.

Depois os marcos de Freguesia de S. João das Lampas, não pedi a listagem, pedi o que estão a fazer para esses mesmos marcos da Freguesia que são património nosso.

Nas freguesias então do Concelho de Sintra a campanha de campo foi feita em 1953 e envolveu na altura a Junta de Freguesia, os proprietários e também o Estado e entrou em vigor em 1959. Muitos deles estão tombados outros soterrados, compete à Junta olhar para isso e fazer as devidas correções para aqueles marcos que delimitam o território da nossa Freguesia estejam em condições de realmente fazer o seu papel. Tenho encontrado muitos e é o meu contributo para que esse conhecimento fique para todos nós, mas é relevante porque o nosso território tem que ser conhecido, saber onde é que começa e onde é que acaba.

Neste momento está a nível nacional o cadastro geométrico da propriedade rústica para norte, que é onde existe mais dificuldade para fazer isto, agora que nós já temos feito e vamos desleixando esta parte não me parece.

É uma sugestão que faço a esta Junta como faço a muitas outras. É património nosso, é uma referência da nossa identidade e é um trabalho que foi neste caso pioneiro no país e que deve ser tido em conta e estarei disponível para colaborar.

A listagem que foi mandada foi de S. João das Lampas, pergunto pela da Terrugem gostaria também de ter.

Em relação aos versos de agradecimento ao tio Tomé em Alvarinhos e que está transcrito na ata, mas a pergunta feita foi quais as diligências que a Junta fez para a colocação em Alvarinhos da placa com os versos de agradecimento do Tio Tomé, numa sugestão feita há mais de um ano.

Nós pedimos que a Junta diligenciasse junto da Câmara a colocação desta placa. Todos nós percebemos a Assembleia e a Junta que em 2016, quando estiveram em Alvarinhos, com aquele senhor que foi o autor dos versos, na altura 24 placas, neste momento 27, merecia ter ali uma placa, a população está de acordo e é necessário fazer as diligências necessárias.

Em relação às obras dos SMAS em Alvarinhos e nas Areias, o que foi apresentado na última assembleia, foi a preocupação pelas obras que estão a danificar algumas minas e na laje de atravessamento do rio falcão. O pedido que fizeram foi para que a junta acompanhe a preocupação das pessoas daquelas duas localidades. Os SMAS estão a fazer a intervenção, não se põe em causa o que está escrito, com certeza vão fazer o trabalho bem feito, mas há determinados aspetos que não será uns anos depois que vão corrigir. Antes de ser a entrega compete-nos a nos estarmos atentos porque as pessoas vão falando connosco, se há minas que estavam a funcionar e deixam de funcionar, se há uma laje que atravessava de um lado para o outro, aquilo tem que ficar como estava, se possível melhor, foi aquilo que falamos.

Os beatómetros, não vai ler a resposta, mas a Lei número 88 de 2019, de 3 de setembro, diz que é proibido o descarte em espaço público de pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros contendo produtos de tabaco.

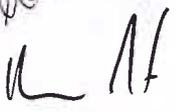
Na altura os SMAS quando esta lei saiu fez uma iniciativa na qual incluiu a entrega a todas as juntas de freguesia destes beatómetros para proteger o ambiente. A pergunta que fiz foi o que é que a Junta tem feito para proteger o ambiente neste sentido. Se estão três e não sabemos onde os devemos colocar, podem dar alguma sugestão, um aqui neste edifício e outro em S. João e assim as pessoas sabendo disto em vez de mandarem as beatas para o chão podem passar e colocar.

De qualquer forma e passados três anos ficamos preocupados pelo facto desta medida não ter o envolvimento da nossa freguesia.

Comentar a proposta de plano de gestão da zona especial de conservação de Sintra, eu na altura quando fiz este comentário e acredito que muitos de nós não tenhamos tido acesso a isso, mas com certeza que agora já tiveram, já consultaram e este documento é tão importante, que é um documento de implementação daquilo que esta contemplado, por exemplo no PDM, portanto não pode ser diferente.

Vera Roche
KL

Vera Rodas



Tem uma série de medidas, eu na altura falei de um exemplo de um depósito gratuito de resíduos de construção a ser implementado aqui no nosso território, a criação de zonas de campismo e caravanismo, ou seja, compete-nos a nós olharmos para isto e percebermos e acompanharmos e se podermos dar o contributo para sugerir melhores locais, porque algumas das atribuições são da responsabilidade da junta de freguesia, das autarquias locais. Portanto o que é que a Junta pode ou vai fazer vai concorrer a fundos comunitários? Ou seja, como é que arranja recursos para fazer aquilo que pode e deve fazer, nesse sentido também poderia averiguar. Quando temos a reposição das freguesias é uma exigência tão grande para quem tem esta responsabilidade, o Presidente do Executivo, bem como todo o Executivo que eles não fazem mais nada, têm que estar vinte e quatro horas a consultar isto tudo, como por exemplo o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, o plano municipal de emergência e proteção civil que o Sr. Presidente da Junta tem responsabilidade direta e nós conhecemos esses documentos, conhecemos o que envolve isto tudo dá que pensar muito, ou seja quem está aqui tem que ver estas coisas. Deus queira que não aconteça nada, mas se acontecer deve implementar o plano que esta contemplado.

Por fim o acordo para implementação do protocolo com o centro nacional de cultura, para implementação do caminho do mar, assinado em 2012 pelas dez ou onze Câmaras e depois em 2014, houve o contacto com a Junta para a implementação e salientar que na nossa freguesia está já homologado uma pequena rota, na nossa freguesia já esta homologada ou passa por aqui uma grande rota europeia e este caminho do mar, caminho de Fátima, Caminho de Santiago eu para mim não tenho dúvidas, mas aceito que outros possam pensar diferente, seria a sua implementação uma mais-valia para o nosso território.

É uma grande pinta, o caminho de Fátima, o Caminho de Santiago, passar aqui e os custos inerentes na altura da informação eram de poucas centenas de euros, até porque a limpeza dos caminhos já é uma atribuição da Junta.

Para finalizar gostava de salientar um documento que também fez chegar á mesa para distribuição, o dos Censos 2021 onde fiz a minha análise sobre os dados dos Censos e também salientei a importância de percebermos o que temos aqui na nossa Freguesia, jovens, menos jovens, mais adultos.

O Sr. Presidente, referiu: Agradecia que terminasse por favor.

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: Vou terminar já. Em relação á Moção da CDU apresentada na Assembleia anterior, pergunto ao Sr. Presidente da Assembleia, porque essa Moção deliberava o início dos procedimentos necessários para a sua concretização, designadamente a convocação da Assembleia de Freguesia especificamente para o efeito, foi o que foi proposto e aprovado. A dúvida é aplicar a Lei 39/2021 de 24 de junho? Isto é necessário haver uma proposta com os critérios, não foi isso que foi feito, ou então a Assembleia, a Mesa da Assembleia vai convocar uma Assembleia para todos nós podermos discutir sobre isso antes de termos uma proposta concreta? Sr. Presidente da Assembleia é importante que esta parte nos esclareça perante aquilo que ficou deliberado na Assembleia de vinte e sete de dezembro. Obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Obrigado pela sua intervenção. Sr. Domingos, por favor.

O Sr. Deputado Domingos Vicente, referiu: Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Executivo, elementos do Executivo, elementos da Assembleia de Freguesia e população.

Hoje tem medo de perguntar se foi roubo no Fojo no Arneiro dos Marinheiros, foi feita uma pérgula com duas mesas, uma delas desapareceu, só faz a pergunta se foi tirada ou se foi alguém que a tirou, porque se foi tirada pode ter sido roubo e

como tem já um bocado de medo de dizer roubo, pergunta se sabem algo daquilo? Muito obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Domingos. Sr. Presidente, se faz favor.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Eu não sei se foi roubo, desapareceu! Tinham colocado há pouco tempo duas, como desapareceu a do jardim saloio, alguém precisava de uma mesa para a churrasqueira. Claro que estão a pensar colocar novas, mas estão a pensar colocar novas de modo que elas possam ter mais dificuldade em serem roubadas, quem foi tirar levava utensílios e levava carro para poder carregar. É triste, mas acontece várias vezes.

Sr. Presidente se me permite responder á primeira intervenção, ainda chegou à décima sétima pergunta, mas já não consegui escrever mais nada, são uma quantidade de situações que não vai conseguir responder a todas como deve calcular, até porque a maioria destas situações não são competências da Junta. Aliás ainda agora mesmo o senhor falou dos Planos Municipais e todas essas situações e são competências do Município, não são competências da Junta, como é os Marcos, como os Pelourinhos, como o senhor é conhecedor profundo de toda esta temática, admirame que o Sr. venha para a Assembleia perguntar coisas que o senhor em primeira mão sabe melhor do que os outros todos, mas pronto deve ser algum prazer que o senhor, tem em continuamente e reiteradamente estar a falar das mesmas coisas, Os Pelourinhos que estão dentro das Igrejas ou nos Adros das Igrejas são das Igrejas, os Pelourinhos que estão no espaço público são da Câmara Municipal de Sintra, ponto final parágrafo.

Os marcos, ainda hoje estive na Câmara a saber, isso tem a ver com os serviços cadastrais da Câmara ou do Estado, a Junta não tem nada a ver com isso porque eles estão no espaço publico. Se o senhor e muito bem, que compreendo devido á sua formação e ao seu trabalho, concordo perfeitamente que o Sr., que a nível histórico e cultural queira fazer trabalhos e queira que o povo saiba a história disto e daquilo das fontes etc., mas nós sinceramente não temos elementos para isso, não conseguimos, não sabemos, como as fontes.

Não sei se o Sr., sabe que a Junta de Freguesia não tem praticamente nenhuma da Freguesia, propriedade da Freguesia praticamente não é nenhuma, pode estar enganado em alguma, mas não são propriedade da Freguesia. Elas são propriedade do Município e a Junta tem um protocolo com a Câmara para a sua manutenção.

Há uma série de situações que o Sr. fala que não é verdade. É como os contadores, os contadores não são nossos, os contadores são da Câmara, todas as fontes que têm contador são da Câmara, é a Câmara que paga a água, nós temos contadores em tudo o que é planos de rega e fizemos o nosso trabalho de casa para ninguém roubar água, mudamos as grelhas com cadeados com uma chave universal e os SMAS têm uma chave e trabalha naquilo que for preciso nos nossos contadores. Nos que são da Câmara está tudo esventrado, as pessoas roubam água a torto e a direito, já comuniquei à Câmara uma quantidade de fontenários que não têm contador porque eram ligados nos anos anteriores, a água era da Câmara ou contadores eram da Câmara não eram precisos contadores, á muita gente a roubar água, já está farto de falar nisto, já fui comunicar aos SMAS. Já intervim na Assembleia Municipal e a situação continua. Por exemplo ali na Fonte do Largo de S. João aquilo é uma calamidade é uns trezentos, quatrocentos litros de água, por semana que as pessoas vão todas as semanas roubar. Já alertei, mas ninguém resolve o problema. Não me vou meter nisso, o seu carro já foi apedrejado várias vezes por estas e outras situações e não se vai meter nisso, quando os outros é que têm a responsabilidade.

Os abrigos de passageiros foi a Junta que os fez, a estátua do Sr. Manuel Carioca foi a Junta que fez, mas a partir do momento em que são entregues á Câmara não é da propriedade da Junta de Freguesia, de uma vez por todas, por favor veja as

coisas neste prisma, nós a partir do momento em que nós construímos com ordem da Câmara no espaço público da Câmara aquilo passa a ser propriedade da Câmara.

Para lhe dar um exemplo, os balneários de Godigana foi a Junta que os fez em conjunto com a Associação de Jovens de Godigana e Carne Assada, tiveram azar com a pandemia que destruiu as ideias todas para aquele espaço. Agora é da Câmara ainda tenho que entregar as telas finais ao Urbanismo e vai ser propriedade da Câmara e nós fizemos aquilo e vamos pagar renda. Portanto a maioria destas situações que estão no espaço público são da Câmara, Sr. Henrique Martins, o senhor faz favor escusa de continuamente estar a dizer que é responsabilidade da Junta, a estatutária nós não temos nada a ver com a estatutária, tem um regulamento próprio da Câmara, nós não podemos intervir sequer. A estatutária de S. João, que o senhor sabe muito bem o que é que se passou, inclusive no Jornal de Sintra vieram dizer que a aguadeira tinha sido roubada, isso era tudo mentira, até porque a diretora do Jornal sabia perfeitamente onde é que a estátua estava, só quis fazer show off no Jornal, foi dizer que a estátua estava roubada e que o Presidente da Junta devia ir para Tribunal. Aquilo estava guardado a mando da Câmara, a Câmara mandou guardar a estátua. Todas estas coisas que o senhor vem dizer aqui, carece de conhecimento em alguns aspetos.

Os beatómetros é de rir. Quando foi lançada há 3 anos o beatómetros vieram os SMAS tirar umas fotografias comigo e oferecer 1 beatómetro. Eu perguntei para que era aquilo, uma Freguesia como a nossa. Eu disse, arranjem-me 40 beatómetros que eu pondo uma em cada Junta, em cada estaleiro, em cada paragem de autocarro, isso tem alguma justificação, agora um beatómetro! Agora há pouco tempo vieram trazer mais dois, é brincar, veja bem o que é que isso representa numa Freguesia como a nossa, três beatómetros de plástico, com dificuldade em manusear aquilo, aquilo não tem graça nenhuma, o Sr. desculpe a minha franqueza. Comuniquei ao Sr. Diretor Executivo dos SMAS. Sinceramente 3 beatómetros a não ser que as pessoas todas da Freguesia, de Fontanelas virem a correr a S. João ou á Terrugem apagar um cigarro á porta da Junta, é ridículo Sr. Henrique, não é ridícula a sua intervenção, é ridícula a situação. Ainda á pouco tempo teve uma intervenção na assembleia Municipal a solicitar á Câmara que me disse quantas multas foram passadas no Município de Sintra com as pessoas que deitam as beatas para o chão. Sabe que resposta que lhe vão dar, é zero! Da mesma forma que perguntei na Assembleia Municipal, quantas multas foram passadas pelas autoridades, por todas as pessoas que andam com cães na rua, os cães fazem os dejetos e deixam os dejetos na rua. Quantas multas foram passadas desde o tempo da Presidente Edite Estrela, que foi feito o regulamento para os animais, quantos? zero! Não vale a pena andarmos a apregoar o ambiente, quando fazem as leis e depois ninguém as cumpre e ninguém as multa.

Os abrigos e as fontes digo-lhe já que a maioria estão arrançadas porque todos os anos pintamos fontes todos os anos, pintamos abrigos, agora deve compreender que o vandalismo é enorme. Tenho milhares de euros gastos no parque infantil de Vila Verde, a Junta tem milhares de euros gastos no parque de Vila Verde, é horrível o que se passa ali, estamos fartos de denunciar á GNR, estão fartos de denunciar á Polícia Municipal, ninguém nos ajuda a suprimir aquele vandalismo que anda ali de rapazes com 17 e 18 anos que partem tudo e mais alguma coisa.

Às vezes tenho algum receio de intervir, nós descobrimos uns miúdos que partiam os vidros todos das paragens do autocarro, conseguiram andar a segui-los e teve problemas com os pais dos meninos, porque me queriam acusar que andava a perseguir as crianças e que as crianças coitadinhas partiram os vidros sem querer. Sabe como partiam os vidros? Eram apostas entre eles, quem partisse mais ganhava não sei o quê e partiram os vidros todos até Fontanelas. O Sr. José Alberto foi com ele falar com os pais deles e ainda íamos ter problemas de andar a seguir as crianças, coitadinhos com catorze, quinze e doze anos que andavam a partir as coisas. Há muito vandalismo muita coisa.

Depois temos que ver uma coisa, as fontes fazem parte do protocolo, mas é a desmatação, é as fontes é os pilaretes é um conjunto de coisas e a Câmara sabe perfeitamente que não temos dinheiro para fazer isso tudo. Vamos prolongar o

Handwritten notes:
Vera Rocha
u A1

protocolo, porque o protocolo acabou no dia trinta e um de dezembro, vão prolongar o protocolo por mais 31 dias, porque nós declaramos que não íamos assinar mais nenhum protocolo nenhum do espaço público, enquanto as verbas não fossem alteradas. Felizmente vão ser alteradas as verbas do protocolo, vão ser alteradas as verbas das reparações que vamos nós hoje votar, os monos também vão ser alteradas, porque com o aumento dos preços não vão conseguir e temos problemas gravíssimos para limpar as ervas, muitos concursos estão a ficar desertos porque com o dinheiro que a Câmara dá, não há ninguém que queira fazer esse trabalho.

Se assim o entender podemos conversar, porque com tudo isso que tem aí já não tem mais tempo para responder. Falou na ausência do Cruzeiro do Cemitério de S. João, mas desapareceu? Á não está na lista!

Queria pedir lhe um favor, nós somos a Junta de Freguesia da área metropolitana de Lisboa com menos funcionários administrativos e menos funcionários operacionais, para lhe dar um exemplo a nossa Junta tem sete funcionários administrativos e temos uma Junta aqui ao lado que tem trinta, Queluz com cinquenta, não é fácil termos disponibilidade para estarmos a procurar e averiguar todo este tipo de situações. Peço desculpa, compreenda essa situação, porque têm mais coisas para fazer como deve compreender, além disso nenhum elemento do Executivo está a tempo inteiro, nem nunca tiveram. Não temos a tal disponibilidade como o senhor disse há bocado em relação a isto.

O Sr. Presidente, referiu: Sr. Presidente agradecia que sintetizasse se possível.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Penso que o essencial já lhe respondi, mas estou disponível para ter uma reunião e conversar consigo, vamos ponto a ponto ver tudo o que tem aí se assim o entender claro! Muito obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Presidente (o Sr. Henrique pediu para usar da palavra), Sr. Henrique já esgotou o tempo da sua bancada, mas era para responder ao Sr. Presidente?

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: Sim.

O Sr. Presidente, referiu: Pode fazê-lo, mas agradecia que fosse muito rápido porque a sua bancada já não tem mais tempo para intervir.

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: É simples, agradeço o desafio que o Sr. Presidente lança, mas eu já há alguns anos que tenho mostrado essa disponibilidade e tudo aquilo que investigo e público. A Junta tem a possibilidade de o aproveitar e disponibilizar.

De qualquer forma aquilo que o Sr. Presidente afirmou, não corresponde aquilo que eu disse. Era necessária uma disponibilidade muito maior do que aquela que vocês não têm e compreendo essa parte de não podermos chegar a todo o lado e quando fazemos aqui esta intervenção é no sentido de contribuir, se me chamarem vem cá, senta-te aqui, como já fizeram várias vezes.

De qualquer forma a Lei 75/2013 competências da Junta diz o seguinte, “promover a conservação de abrigos de passageiros existentes na Freguesia, gerir, conservar e promover a limpeza de balneários e lavadouros e sanitários públicos, conservar e promover a reparação de chafarizes e fontenários públicos”. Não sou eu, é o que está na lei.

Depois o documento que o senhor desvalorizou há bocado, peço desculpa, Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Sintra, diz aqui Junta de Freguesia/União de Freguesias, emergência está elencado uma série de coisas, Reabilitação isto compete á Junta e depois tem aqui coisas que são próprias do Presidente da Junta, fazer o levantamento local das áreas polémicas, é uma

preocupação enorme para que este senhor que está aqui agora, ou outro que cá estivesse, tem que conhecer isto e tem que saber implementá-lo e para implementá-lo tem que ter todos os envolvidos. É um documento que foi aprovado há pouco tempo, como fiz o outro dos incêndios, não estou a inventar nada.

Eu gosto disto é verdade Sr. Presidente e consulto, mas é no sentido de mostrar esta preocupação e esta luta que temos para a reposição das Freguesias vai ao encontro disto. Se tivermos duas Juntas teremos mais gente disponível para ir ao encontro disto, se tivermos aqui um incêndio, aqui uma emergência, compete ao Sr. Presidente diligenciar, e não é uma crítica é uma preocupação. Algumas coisas são críticas, outras é preciso trabalharmos e ver se é a Junta, se é a Câmara. Obrigado pela possibilidade de intervir.

Vera Rabe
L A

O Sr. Presidente da Mesa, referiu: O Sr. Presidente da Junta quer responder?

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Sr. Henrique vai-me desculpar, o senhor sabe o que é que o Executivo já fez em relação a essa situação do Plano Municipal, o que é que o Executivo ao longo dos anos tem feito ao longo dos anos junto da Proteção Civil, junto da Câmara.

O senhor sabe quem foi a entidade que deu á Câmara todos os caminhos da beira-mar para serem limpos, a relação de terras que são da Câmara para serem limpos, há anos que andam a pedir para limpar a terra da vaca, para limparem o mosqueiro, para limparem os lotes todos que estão abandonados da Câmara, todos os anos fazemos esse trabalho. Não temos é da parte da Câmara seguimento para isso.

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: Não é isso que se põe em causa, valorizamos e reconhecemos o envolvimento naquilo que é possível, o que acontece aqui no nosso território é de nos preocupar.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Obrigado Sr. Henrique.

O Sr. Presidente, referiu: Pergunto se há mais alguma intervenção? Não havendo mais intervenções, passamos ao ponto três, o período da ordem do dia.

3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 2/2021.

O Sr. Presidente, referiu: Alguém deseja intervir relativamente a esta matéria. Não havendo inscrições vamos colocar a ata á votação.

VOTAÇÃO

Votos a favor: ONZE (PSD+PS+CDS+CHEGA), o Sr. Deputado Domingos Vicente e a Sra. Deputada Isaura Abreu, não participaram na reunião por não terem estado presentes nessa reunião.

Pelo que foi **APROVADA POR MAIORIA**.

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA FREGUESIA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO Nº 2 DO ARTº 9º DA LEI Nº 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.

O Sr. Presidente, referiu: Vamos entrar no ponto seguinte, **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade e da situação financeira da Freguesia, ao abrigo da alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei**

nº 75/2013 de 12 de setembro. Pergunto se alguém deseja intervir? Sr. Luís se faz favor.

O Sr. Deputado Luís Santos, referiu: Boa noite á Mesa, boa noite aos demais membros da Mesa, Executivo, colegas de Assembleia, funcionários e público em geral, uma muito boa noite a todos.

Sr. Presidente relativamente á informação escrita, é uma informação escrita igual a quase todas as outras, em que acho que peca sempre por muito pouca coisa, ficamos a saber muito pouco do que o Executivo tem feito, especialmente o Executivo com quatro pessoas a meio tempo, temos aqui muitas poucas linhas para dizer o que tem sido o vosso trabalho.

Numa das notas das obras da Junta fonte de Almorquim, fiquei um bocadinho com algumas preocupações sobre esta condição. Gostaria de saber mais em concreto o que é que se passou nesta situação que expõe e queria dar a sua opinião sobre a situação, se existe uma nascente porque não tentar as démarches necessárias para fazê-la chegar á fonte e não estarmos a utilizar água da rede pública, porquê água tratada numa fonte, quando podemos ter água de nascente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado pela sua intervenção. Sr. Presidente quer responder? Se faz favor.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Senhor Deputado, o senhor sabe perfeitamente que quando se muda de Executivo, quando á eleições muda-se de ciclo, as coisas não aparecem assim feitas, nós tivemos que esperar que o orçamento fosse aprovado em Dezembro, para começarmos a fazer os procedimentos em Janeiro e Fevereiro, portanto não tínhamos autorizações nem dinheiros disponíveis enquanto não tratássemos de toda a situação, por isso é que as obras a fazerem-se quando há transição de Executivo demoram mais tempo a se iniciar.

O facto de mais membros terem mais pelouros, não quer dizer que se tenha de fazer as coisas todas á pressa. O senhor tem, mas podemos lhe facultar as informações escritas, dos últimos quatro anos, pois são iguais, começa sempre com os protocolos com as obras, etc., o elenco é sempre o mesmo, mas as obras são diferentes. O senhor por exemplo tem a questão da ação social que cada vez estamos a aumentar mais a resposta aos problemas que temos tido agora. É a sua opinião e eu aceito-a de bom grado.

Em relação ao problema de Almorquim é uma coisa que se arrasta já há muito tempo, aliás já antes do meu Executivo. Não sei se o senhor tem conhecimento, vou-lhe explicar se me permite, existe uma nascente a seiscentos metros do local onde está a fonte, que é um género de olheiro de água e que estava totalmente canalizada pelos vossos antepassados da Terragem, canalizada por terrenos particulares, portanto o tubo e os respiradouros vinham todos por terrenos particulares e depois entravam numa ribeira que é propriedade da APA e vinha á fonte, o que é que aconteceu, entretanto. Não presenciou mas foi-lhe dito por populares, por pessoas e até por membros do Executivo anterior e aquilo começou por causa dos tratores e das entradas e das passagens os tubos estão totalmente estragados, nós Junta somos obrigados a fazer a manutenção das fontes mas não somos obrigados a fornecer água, na lei é uma atribuição da Junta mas não uma competência, se quisermos podemos fornecer água, como podemos fornecer luz, temos uma série de Freguesias que são fornecedoras de água ás populações, porque têm a atribuição para o fazer, desde que a Assembleia e o Executivo autorizem esse tipo de negócio ou esse tipo de fornecimento. No caso em apreço nada disto pode ser feito, porque consultou a Vereação, consultou os técnicos, fomos analisar, pedimos orçamentos para trazer a água pela via pública e os custos de trazer a água pela via pública da fonte, ascendiam a dezoito mil euros porque são seiscentos metros de vala, com características muito complicadas porque o terreno é só pedra e depois ainda a Junta se comprometeu com a Câmara, se a Câmara abrisse a vala, nós colocávamos os seiscentos metros de tubo

e os respiradores e fazíamos a canalização para lá, continuava a ser água imprópria para consumo. Porque aqui não é uma questão coitadinhos dos ciclistas e dos caminhantes que é aquilo que a população apregoa, que precisam de água para isso, mas essas pessoas não podem beber aquela água.

Recebi a população no meu gabinete e disse - lhes isso. Agora há ali animosidades que eu não tenho culpa nenhuma. As pessoas podem não gostar de mim, não tenho problema nenhum, estão mal informadas e fazem aquilo que entenderem. Agora ponho uma solução, na reunião as oito pessoas que estavam de certo modo até aceitaram, para nós metermos um ramal que custou meia dúzia de tostões e pormos água como deve ser na fonte. E quando aparecemos para tratar do assunto, apareceram pessoas a ameaçar-nos que vão partir aquilo tudo se a gente meter a água lá, eu mandei recolher o pessoal e está a tratar do assunto. Não sei se deva por isto em Tribunal ou abandonar o projeto. Como é uma situação que até pode ir para Tribunal, se o nosso gabinete jurídico entender que as ameaças que os nossos funcionários e o empreiteiro teve é caso para se estar a gastar dinheiro e estar a meter em Tribunal e a gente fazer a obra e eles partirem-na, é esta situação Sr. Deputado. É um caso melindroso e não quis deixar de comunicar á Assembleia. Muito obrigado.

.....
O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguém quer intervir? Dou a palavra á Sra. dona Isaura.

.....
A Sra. Deputada Isaura Abreu, referiu: Muito boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, ilustre Executivo colegas de bancada, Srs. funcionários, e público em geral.

Na preparação para a presente Assembleia deparei-me com uma situação que me deixou bastante entusiasmada e rapidamente acedi ao meu telemóvel e verifico que o site da União de Freguesias de são João das Lampas e Terrugem ainda se encontra em manutenção e com a informação voltamos em breve com novidades.

Sou muito apologista das novas tecnologias e acho que se elas existem devemos tomar partido delas. Tendo o Executivo um vogal a meio tempo com responsabilidade pelo site, tendo este informado a Assembleia que estava previsto a disponibilização do mesmo em finais de janeiro, princípios de fevereiro dizendo até que será o melhor site da Freguesia do Concelho de Sintra, pois bem heis-nos a sete de Abril e o mesmo continua em manutenção. Pergunto por mais quanto tempo se vai manter esta manutenção, será que podem avançar com uma previsão. Obrigada.

.....
O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigada pela sua intervenção. O Executivo deseja responder?

.....
O Sr. Presidente da Junta, respondeu: Sim.

.....
O Sr. Presidente, referiu: Tem a palavra.

.....
O Sr. Presidente da Junta, referiu: Minha senhora, tem toda a razão. As minhas desculpas, mas eu não sou técnico, não percebo nada disto, isto tem os seus problemas, vou dar a palavra às pessoas responsáveis pelo site, mas também, não sei se é por isso ou não, estão á espera que os partidos digam quais são os mails para a gente fazer o site como deve ser. Eu gostava de lhe garantir aqui o dia e a hora em que o site vai estar pronto, daqui a quinze dias ou daqui a duas semanas, mas vou deixar para os seus assessores, para lhe dizerem o porquê do site ainda não estar. Está pronto falta carregar, mas eles são muito preciosos, se fosse eu já o tinha lançado na rua há muito tempo pode ter a certeza que se eu soubesse fazê-lo, mas eles são mais completos, mais profissionais e então atrasou um bocadinho.

Peço ao Sr. Presidente da Mesa que deixe o Vogal falar sobre isso?

Vera Rocha
R AF

O Sr. Presidente, referiu: Se faz favor.

O Sr. Vogal do Executivo Bernardo Chitas, referiu: Muito boa noite, muito obrigado.

Tem toda a razão e o atraso admite-o e gostava que o site já estivesse pronto, mas nós tivemos aqui algumas situações que provocam este atraso.

Nós temos estado em contacto com a Câmara Municipal de Sintra, para ver uma possibilidade de integrar melhor o Sintra Resolve com a comunicação do Website. Falamos numa integração mais aprofundada, outra menos aprofundada, mas estamos a aguardar qual é a melhor forma de o integrar. Entretanto estamos a ver uma questão da revisão do Regulamento Geral de Proteção de Dados e a designação de uma data Protection Officer, que é necessário para fazer o cumprimento do RGPD como deve ser e toda a gestão documental da Junta.

Estão a tentar digitalizar tudo, ou seja isto engloba tudo a nível do site, como a forma como gerimos a documentação interna precisa de ser revista, toda a parte de comunicação interna e obviamente externa e estamos a preparar algumas coisas até para vocês acederem com uma área reservada, para vocês acederem a alguns documentos que possam ser importantes, essas coisas levam tempo que não estava previsto, como também está dependente de algumas entidades externas para nos ajudar a resolver algumas questões.

Gostaria de acrescentar que antes desta sessão tive a tirar fotografias dos elementos da Assembleia para também acrescentar ao site, peço para quem ainda não tirou, que tire no fim da sessão. Ainda não temos a autorização dos direitos de imagem, mas a posteriori podemos pedir de serem publicadas como é obvio.

A situação é esta, não é o ideal obviamente e estão a fazer o maior esforço para, mas há mesmo muita coisa a fazer a nível da comunicação interna, externa e até legal. Não vou avançar com uma previsão para não cair no mesmo erro que fez na última vez, mas assim que estiver será colocado.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Vogal. Sra. Dona Ana Carioca, por favor.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Boa noite novamente.

Eu não tinha considerado intervir neste ponto, mas já agora e até por interpolação do Sr. Presidente e uma vez que não querem de facto entravar a ação do Executivo só fazer uma observação, o vogal a meio tempo tem que precisamente compor a tecnologia informática. Portanto três meses, ainda que para depender de outras entidades, em três meses não ser possível colocar o site no ar consideramos que não há justificação.

Independentemente disso a bancada do Partido Socialista de facto não está a entravar nada, nós até nos antecipamos, no dia 03/12/2021 enviaram um email à Assembleia de Freguesia onde comunicamos o nosso email. Nós já temos um email institucional é este email que nós dizemos no nosso email de 03/12/2021, que deve ser utilizado, nós não vamos subscrever qualquer outro email, nada nos obriga a subscrever o email que os Srs., pretendam. Já comunicamos o nosso email no dia 03/12, o email é bancadaps.ufsjlt@gmail.com, é este o nosso email.

O Sr. Presidente, referiu: O Bernardo quer responder. Se faz favor.

O Sr. Vogal do Executivo Bernardo Chitas, referiu: Em termos de comunicação e até para fazer cumprir o regulamento de proteção de dados, nós vamos atribuir um email institucional à bancada. Já foi atribuído, portanto é esse o email, pode não o usar é verdade.

A nível de tempo, eu tenho uma empresa de desenvolvimento de Websites e há sites que demoram mais de um ano a fazer, depende da complexidade do trabalho,

este não vai demorar um ano, portanto estão a fazer o mais depressa possível. Obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Sr. Presidente, se faz favor.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Não percebo nada disto, qual a diferença entre ser gmail ou hotmail, diga-me só por favor para eu conseguir perceber, porque respeito muito a sua opinião e os seus conhecimentos, mas diga-me só para eu perceber.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Tem um vogal da área, portanto tem mais competências para responder, eu não tenho essa competência técnica.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Muito obrigado.

O Sr. Presidente, referiu: Teremos oportunidade certamente para entre todas as bancadas e o responsável pelo site podermos conversar e chegarmos obviamente a um consenso, não me parece que seja complicado.

Entendo que é importante que todos possamos receber a tempo e horas todas as comunicações que nos sejam enviadas independentemente da origem das mesmas, mas de qualquer forma eu não tenho conhecimentos técnicos que me permitam validar ou invalidar qualquer email e, portanto, coloco-me um pouco nas mãos do responsável do site.

Eventualmente se a bancada do Partido Socialista não aceitar esse email teremos que encontrar uma situação para que a bancada do Partido Socialista não deixe de receber todos os documentos que obviamente tem que receber. (A Sra. Ana Carioca pediu para usar da palavra)

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Nós temos um email criado e, portanto, para esse email podem ser enviadas todas as comunicações. Nós já tínhamos dito anteriormente que o email que estavam a pensar criar para as bancadas que nós não necessitamos, porque nós já tínhamos um email criado é esse email que vamos manter, portanto podem colocar no site esse email que nós já temos para quem queira comunicar connosco este email ou o que estavam a pensar criar é exatamente a mesma coisa.

Nós temos o direito a optar por um determinado endereço de email e ou por um determinado servidor e foi por isso que fizemos, acho que é simples.

O Sr. Presidente, referiu: Mais alguém pretende intervir. Sr. Henrique por favor.

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: Boa noite novamente.

Sr. Presidente agradeço-lhe o tempo que me deu á bocado, mas a bancada do Partido Socialista dá o seu contributo, os nove minutos que tínhamos para usar no tempo na ata não foram utilizados, portanto isto é importante que consigamos gerir bem os tempos que temos.

De qualquer forma ficou por responder aquela pergunta feita sobre a deliberação na última assembleia.

O Sr. Presidente, referiu: Eu peço imensa desculpa de o interromper, com todo o respeito que o senhor me merece, o senhor e todos os elementos que aqui estão, estamos num ponto á frente, não me parece que se justifique voltar atrás.

Podemos fazê-lo posteriormente ou o senhor poderá fazê-lo diretamente para a Junta de Freguesia, agora não me parece é que faça sentido que estando no período da ordem do dia, voltemos ao período antes da ordem do dia, isso é que já não faz sentido como compreenderá e creio que a Assembleia não irá aceitar essa

*Vou falar
u M*

possibilidade como é obvio. Não quero cortar-lhe a palavra não é isso que está em causa, mas não me parece correto para os restantes elementos aqui presentes que se volte atrás na ordem de trabalhos. Porque se fosse outra bancada qualquer, com certeza que os senhores teriam também toda a legitimidade para também para dizer não, esse ponto já passou.

Se é efetivamente sobre o ponto três da ordem de trabalhos que o Sr. Henrique pretende intervir por favor tem tempo para o fazer, se é relativamente ao ponto dois, a bancada do Partido Socialista esgotou o seu tempo e não pode voltar a falar sobre isso.

O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: De qualquer forma fica esta referência ao fato da pergunta feita sobre a deliberação da última assembleia, não ter sido respondida pelo Sr. Presidente da Assembleia. Teremos todo o gosto em darmos o nosso contributo para que esta situação se resolva a favor de todos.

De qualquer forma esta é uma informação prévia sobre a informação escrita, protocolos, eu solicitei á Junta através da Mesa da Assembleia que me fossem facultados todos os protocolos e a resposta que me foi dada, que era obrigação dos meus colegas da bancada de me terem facultado essa informação. Ficou na dúvida, acho que não, deveria ter sido diretamente e reforçou esse pedido, portanto estou á espera que me seja enviado, mas provavelmente o Deputado do Chega e o Deputado do CDS receberam estes protocolos todos. De acordo com a informação que lhe foi prestada, não recebeu porque tinha os seus colegas para me facultar, os outros membros novos aqui deveriam ter recebido. Foi um pedido de uma coisa simples, se há protocolos nós devemos conhecê-los. De qualquer forma esta referência ao protocolo isto é muito vago, não diz nada, deve dizer no âmbito deste protocolo o que é que foi feito nisto e naquilo para nós termos conhecimento e podermos dar o nosso contributo.

Sobre os eventos, a informação é que não há registo de qualquer evento, acho eu que o evento da homenagem ao Sr. Manuel Carica deveria estar aqui, até porque foi um evento nosso e foi realizado durante este tempo, não foi só uma obra de implantação do busto foi um evento.

Também colocou esta preocupação na reunião anterior, sobre as decisões do Executivo sobre as atribuições de apoio ás associações e na altura o Presidente substituto assumiu que iria responder depois, portanto neste momento ainda não temos informação nenhuma sobre as decisões que o Executivo já tomou, sobre a análise das propostas das diferentes coletividades e que apoios que já atribuiu, uns de âmbito extraordinário, outros no âmbito das atividades e nesse aspeto gostaria de salientar a todos nós que e ainda bem que algumas das coletividades da nossa Freguesia como o S. João, como o clube de caçadores, como a ADAS Sintra, renovaram os Órgãos Sociais o que é ótimo para darmos continuidade.

Em breve o MTBA vai ter aqui um grande evento são as Bodas de Ouro, esperamos que nós todos tenhamos a possibilidade de darmos o nosso contributo.

Para finalizar pegando na informação sobre asfaltamentos e repavimentações são responsabilidade da Câmara, na qual a Junta e muito bem dá o seu contributo, dá a indicação daquilo que são as suas prioridades e esse pedido de informação já foi feito, nós gostaríamos de saber por exemplo em relação á Estrada de Carvalhal, em relação á Estrada da Lage, se é prioritário para o Executivo dar essa indicação á Câmara para que haja uma intervenção necessária.

Salientando o facto da AV^a Prof. Dr. Dom Fernando de Almeida que liga Odrinhas a Alvarinhos pela Barreira e S. Miguel que teve uma intervenção recente da qual fizeram bem lá ir ao terreno e tirar umas fotografias, mas eu chamei á atenção que há ali um aspeto que é perigosíssimo e se é perigoso pode criar acidentes e os acidentes podem criar feridos e mortos.

Ainda recentemente quando choveu, a Estrada duzentos e quarenta e sete naquele cruzamento que vai para a Barreira ficou toda cheia de água, aquilo não pode continuar assim tem que haver ali uma tubagem ou uma forma de a água pode escoar

normal. Quando faço no seu Facebook essas preocupações, são preocupações efetivas. Quando pega no seu telemóvel e manda para o Sr. Vice-Presidente da Câmara é para ele ter conhecimento e quando manda para a Junta é para a Junta ter conhecimento e nós é que não podemos desleixar, não é depois de acontecer. A obra é digna e está ali bem feita, as pessoas preocupam-se com os muros que lá estavam e que foram para dentro, aquilo vai ser repostado ou não? Fiz o que me competia tirei, mandei.

É bom que tenhamos conhecimento disto, qual o vosso envolvimento nisto não têm responsabilidade direta, mas têm a responsabilidade de conhecer e dizer, em Fontanelas esta Rua e aquela em S. João aquela e aquela, se a Câmara vai investir aqui um milhão de euros, a Câmara pode decidir, mas se tiver em conta aquilo que são as sugestões vai dando prioridade. Fica a informação e o apelo intervenham com quem tem que intervir seja os SMAS seja Câmara para aquilo não continuar. Obrigado pelo vosso tempo.

.....
O Sr. Presidente da Mesa, referiu: Muito obrigado Sr. Henrique. O Sr. Presidente deseja responder?

.....
O Sr. Presidente da Junta, referiu: Sr. Deputado, continuamos na mesma. A Junta não teve qualquer intervenção no alcatroamento da Rua Fernando de Almeida, infelizmente, porque foi um acordo nas costas da Junta entre os SMAS e a Câmara para fazerem aquela obra, porque aquela obra era para ser feita pelos SMAS, era o que estava instituído, portanto aquilo é tudo da responsabilidade da Câmara e dos SMAS. Ela não estava nas nossas prioridades, estava a parte do “Capitanga”, fomos nós que pedimos e elencamos, mas aquela não, porque já sabíamos que no contrato de abastecimento de água para Alvarinhos já estava incluído os trabalhos daquela estrada. Os SMAS ou qualquer outro empreiteiro agora quando estraga metade da via é obrigado a alcatroá-la na totalidade, só que houve um problema qualquer no contrato com o empreiteiro e a Câmara á pressa teve que resolver o problema com os SMAS.

Como deve calcular eu falo todos os dias com técnicos, com vereadores ainda hoje tive uma reunião enorme com vários técnicos e com vários vereadores sobre várias situações, claro que não vai por estes pormenores numa informação escrita como o senhor quer. Hoje teve conhecimento de muitas coisas, agora tenho que pôr aqui e porque acho que é de direito independentemente de ser a Junta ou ser a Câmara a fazer é de direito e as pessoas têm que conhecer.

O senhor só sabe também da zona onde o Sr. vive, só sabe o que se passa em Alvarinhos não sabe o que se passa em Fontanelas nem na Assafora e as pessoas da Assafora também não sabem nada do que se passa em Odrinhas, porque as pessoas só olham para aquilo que é nosso é há necessidade de dizer á população toda onde é que se gastam os milhões a alcatroar. Efetivamente existem muitas ruas alcatroadas, mas é tudo do ano passado e de há dois anos, ainda são restos das prioridades que a Junta enviou para a Câmara, mas depois as decisões não são minhas.

Pode-lhe dizer que á um contencioso com a população de A-dos-Palheiros, porque a Câmara não alcatroou duas ruas que nós tínhamos pedido e ainda hoje estou por saber porquê, acho que é por causa do Parque Natural que não autoriza a Rua dos Palheiros nem a Travessa e a população está indignada. Há coisas que nos ultrapassam é só isso que lhe pede para ter em atenção.

.....
O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Henrique pretende continuar a usar da palavra? É que está, como é evidente a prejudicar o tempo dos seus colegas de bancada. Agradecia que fosse breve.

.....
O Sr. Deputado Henrique Martins, referiu: Para responder ao Sr. Presidente esta observação, o Facebook da Junta continua a funcionar e através do Facebook pode e deve ser colocada muita informação. Aproveita para dizer por exemplo que a

feira da Terrugem ao terceiro e quinto domingo e o mercadinho é frequentemente divulgado, o mercado de S. João é esquecido.

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO EXECUTIVO Nº 10/2022 RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA SOBRE REPARAÇÕES E MANUTENÇÃO DA EB2,3 ALTO DOS MOINHOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ARTº 9º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Henrique. Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, vamos passar ao ponto:

3.3 da Ordem de Trabalhos. Apreciação e votação da Proposta do Executivo nº10/2022, relativa ao Contrato Interadministrativo com a Câmara Municipal de Sintra sobre reparações e manutenção da EB-2,3 Alto dos Moinhos, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Dou a palavra ao Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Obrigado. Umhas breves palavras sobre a situação desse contrato, nós os Presidentes de Junta reunidos com o Sr. Presidente da Câmara há poucos dias, tivemos a garantia de que no final do ano este contrato vai ser reformulado, não no seu conteúdo, mas nos valores envolvidos. Portanto neste momento a divisão que trata disto está a fazer o estudo, como ainda hoje recebemos uma comunicação do serviço de auditoria de que nos vão aumentar os valores para os protocolos dos ringues e espaços do jogo, como também vamos fazer o prolongamento do protocolo do espaço público e pediram-nos que nós Executivo, que não é preciso vir à Assembleia, porque é um prolongamento das datas para que a Câmara tenha tempo, lá está o facto de terem mudado de Executivo e mudado de ciclo não tiveram tempo, era impossível no último mês de Dezembro com aprovação do orçamento fazer uma alteração ao protocolo, que é de um montante enorme entre as onze Freguesias e há muitas Freguesias que têm dúvidas em assinar o contrato para os próximos três anos. Neste momento a Câmara garantiu a todos os Presidentes da Junta que os serviços estão a analisar o aumento de verbas para todos os protocolos, inclusive os monos porque nós estamos a ter prejuízos neste momento em gasóleo, porque ninguém previa este aumento exagerado não só do gasóleo mas também os ordenados mínimos, estamos a gastar muito mais dinheiro com os ordenados, com o subsidio de insalubridade e risco, aumentou bastante essas verbas e portanto a Câmara vai ter que acompanhar todos esses gastos. A garantia é que até ao final do ano vamos ter todos os novos protocolos já alterados e pediram-nos para avançar com este até ao final do ano e depois será alterado. É por isso que a Assembleia tem que se manifestar em relação a este. Ainda sobrou alguma verba do último ano, mas também temos que ter muito cuidado com a maneira e esta também vai ser objeto de reunião que tenho com o Sr. Vice-Presidente.

Já agora dou conhecimento desta situação os professores agora como não são eles que gerem as escolas, os agrupamentos, quando geriam as escolas geriam o dinheiro como bem entendiam e que era dado pela Câmara, agora como somos nós, cai cá tudo e mais alguma coisa e estamos a descobrir situações deste género, quando nós iniciamos o protocolo com a Câmara no primeiro dia que a empresa de eletricidade foi à Escola do Altos dos Moinhos, mudamos duzentas e sessenta lâmpadas e eu perguntei à administração do Alto dos Moinhos, há quantos meses ou há quantos anos não mudavam lâmpadas e eu sei que havia miúdos que tinham que desviar as secretárias para ficarem debaixo das lâmpadas. Para onde é que foi o dinheiro?

A porta da caldeira não abria estava podre nunca ninguém arranjou aquilo, entrou a Junta e então vai de sair tickets a toda a hora e a todo o momento para a gente gastar tudo.

Neste momento pediram-nos para arranjar os aparelhos todos do parque infantil da escola de Bolembre, nós mandamos a empresa que faz esses trabalhos a analisar as coisas e era uma fortuna, se não fosse a Sra. Coordenadora dizer, mas

vocês vão arranjar os aparelhos? Vamos então está aqui os tickets da Coordenador e da Escola, temos aqui tudo! Mas o parque vai ser arranjado agora todo novo agora pela empresa que está a fazer o arranjo na Escola. Eu perguntei á Divisão que me confirmou e então autorizam que os coordenadores e professores peçam os arranjos quando sabem que vai ser arranjado?

Vou-vos dar um exemplo, nós compramos uma palete de chão para resolver os problemas dos mosaicos da Escola do Alto dos Moinhos, qual foi o mesmo espanto agora que veio uma empresa e mudou tudo, os bons e os maus, não existe uma organização. Portanto isto tem que ser tudo devidamente esclarecido, de qualquer modo o Executivo aceitou este contrato até ao final do ano com a promessa de que vai ser revisto. Deixo á consideração da Assembleia e tenho a garantia do Sr. Presidente de que vai fazer isto.

Vare Roche
u P!

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de dar a palavra, gostaria de vos pedir, são vinte e três horas e dois minutos, a Ordem de Trabalhos é ainda muito extensa e eu pedia-vos para que apelassem á vossa capacidade de síntese e nomeadamente ao Sr. Presidente que só tem onze minutos para falar e, portanto, agradecia o poder de síntese que tivessem para que conseguirmos terminar dentro de uma hora, que é o tempo que devemos terminar a Assembleia com os pontos todos discutidos. Mais alguém quer intervir relativamente a esta matéria? Sr. Luís por favor.

O Sr. Deputado Luís Santos, referiu: Sr. Presidente tem noção do que é que este contrato custou á Junta no ano de 2021? Pergunta, porque no ano passado se bem se lembra abstivemo-nos por achar precisamente que o contrato, era um contrato envenenado, que era um mau contrato, que o dinheiro não chegava e que as obras iam surgir se calhar muito mais do que era previsto. Este ano viu que o contrato é para quatro anos! Cuidado com o contrato Sr. Presidente, não vá ficar com mais um contrato envenenado na mão!

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Luís.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Acho que não, porque foi-nos solicitado pelo Sr. Presidente e Vice-Presidente e tem a palavra das pessoas, o Sr. pode duvidar da minha palavra, mas eu não duvido da palavra do Sr. Presidente da Câmara, que é publico foi em Assembleia Municipal e até ao dia trinta e um, não foi um presente envenenado porque como lhe disse agora ainda sobrou, pouco mas sobrou algum dinheiro do ano passado. Agora para este ano não vai sobrar, mas existe um compromisso assumido, quando acabar o dinheiro “acaba o pão para malucos”, que é o que está feito com a Câmara. Os tickets são assinados pelos coordenadores das escolas com a autorização da Divisão de Educação. Muitos tickets vão para trás, porque se fossemos fazer tudo o que querem nem este nem mais dez contratos como este.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguém pretende intervir? Não havendo inscrições, vamos então colocar este ponto á votação.

VOTAÇÃO

Votos a favor: TREZE (PSD+PS+CDS+CDU+CHEGA)

Pelo que foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTº 9º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

O Sr. Presidente, referiu: Vamos passar ao ponto seguinte. -3.4 apreciação dos documentos de prestação de contas do ano de 2021, nos termos da alínea b) do

nº1 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Intervenções? Por favor, Sr. Nuno.

O Sr. Deputado Nuno Cardoso, referiu: Boa noite a todos, Sr. Presidente da Assembleia, mesa, aos meus colegas da Assembleia, ao Sr. Presidente e Executivo, funcionários da Junta, o TOC e os senhores e senhoras do público aqui presentes.

Tenho feito ao longo dos últimos anos sempre várias intervenções sobre as contas, sobre os orçamentos, dedico-me mais a este tema e tem havido uma repetibilidade.

Por exemplo nós estamos aqui para aprovar a prestação de contas e fomos olhar para o orçamento para dois mil e vinte e um e o orçamento aprovado em dezembro de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, uma série de rubricas são iguais ao cêntimo, como o fundo de financiamento das freguesias, existe uma previsibilidade o que é bom em termos de gestão da Junta.

O orçamento para este ano era de um milhão e trezentos mil e foi um milhão duzentos e oitenta e cinco. Costuma fazer muitas vezes uma intervenção para fora, porque aqui todos temos os documentos e o público não tem e pensa, mas estes deputados estão a aprovar um documento de contas, mas estamos a falar de quê, vinte euros, trezentos euros! Vamos discutir e aprovar ou não os documentos das contas, cujo total da receita arrecadada é de um milhão duzentos e oitenta e cinco mil euros e a despesa paga, foi de um milhão cento e cinquenta e três mil euros.

Tenho alguns comentários, algumas perguntas para o Executivo e para o TOC, Nuno Rocha. Sei que vão discutir o inventário a seguir, mas as coisas cruzam-se, nós verificamos que na ficha do inventário o valor total do património atualizado é de um milhão cento e vinte e dois mil euros, a minha dúvida já foi esclarecida, mas depois olham para o balanço e vemos que o património líquido/capital é de quinhentos e setenta e três mil euros, existe uma diferença e já percebi porquê, porque no inventário estão os valores brutos e para o balanço vai o património líquido, mas depois não há um “casamento”, não consegue perceber por exemplo tem cadeiras de mil, novecentos e oitenta e nove, ou tenho uma carrinha de mil novecentos e noventa e oito e está lá um valor mas depois não vejo a depreciação, vejo os anos mas não vejo o valor atual. Muitas das coisas é zero creio eu! E depois vou ao balanço e vejo o total líquido de quinhentos e setenta e três mil euros e não um milhão cento e vinte e dois que eu vi no imobilizado.

A demonstração de resultados diz que o resultado líquido do exercício foi de cento e quarenta e seis mil euros, transferido para a conta cinquenta e seis resultados transitados.

Uma das rubricas é o depósito temporário de resíduos no valor de quarenta mil euros que não veio, foi zero, virá agora imagino eu, queria esclarecer sobre isso.

As instituições sem fins lucrativos, houve uma redução significativa dos apoios, eu como sabe estou na associação de pais e sei que tenho que pedir o apoio à Junta, todos os anos o fazemos. Se houve uma redução de apoios nas associações de pais foi porque não pediram, se houve redução de apoios nas coletividades e associações idosos também imagino que não o tenham pedido.

Relativamente aos bombeiros há uma diferença entre o valor previsto que era quarenta mil euros e nove mil e quinhentos euros, imagino que o que fez crescer o valor foi porque os bombeiros pediram apoio à Junta de Freguesia e a Junta aceitou e agora o valor pedido foi inferior.

Existe uma rubrica que é a rede fixa móvel, etc., o valor é sete mil e quinhentos euros, a sua questão é isto não deve ser só comunicações, está incluído o valor do desenvolvimento do site imagino eu.

Finalmente já fez esta pergunta e tem essa curiosidade, deslocações e estadas sete mil e tal euros, pergunto se o Executivo vai a reuniões da Anafre e se são associados da Anafre. Pergunto se será isso.

O Sr. Presidente, referiu: Sr. Nuno obrigado pela sua intervenção. Sr. Presidente deseja intervir? Peço-lhe só que seja rápido, se faz favor.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Sobre o valor das deslocações e estadas, são questões técnicas e vai deixar eles dizerem porque estão esses valores aí.

Em relação às associações de pais, pensa que não vai mentir, para os bombeiros, para as IPSS e para as associações de pais não houve redução nenhuma em tempo de pandemia. Só houve para as coletividades que não tiveram praticamente trabalho nenhum, não desenvolveram absolutamente nada estiveram encerradas e nós aí até seguimos o exemplo da Câmara. Foi decidido o Executivo dar cinquenta por cento daquilo que era habitual dar nos anos anteriores. Este ano não só vamos dar como reforçar aquilo que dávamos antigamente, o reforço não é muito grande, mas como os senhores veem nas contas nós tivemos um saldo satisfatório, que tem também a ver também com a redução que houve para as associações, que houve para o evento dos idosos, dos passeios, há uma série e também nas obras em si, nas manutenções. Houve rúbricas que não se gastou até ao fim, com o eletricista, com o canalizador ou com o serralheiro. Pouparamos porque também não gastamos dinheiro á toa, tentamos poupar o melhor possível.

Em relação aos bombeiros não sei onde é que quis chegar com isso dos bombeiros, mas efetivamente nós tivemos uma despesa muito grande para os bombeiros, mas também essa despesa não foi só nossa, havia um protocolo com a Câmara em que a Câmara nos deu dinheiro para reforçarmos com as entidades todas que necessitaram de reforço por causa da pandemia, com a compra de máscaras, com a compra de produtos desinfetantes e com apoios. Demos por exemplo ao Lar da Terrugem que não tinham hipótese de tirar os lixos contaminados e nós é que pagamos á empresa para eles tirarem os lixos todos contaminados que não estavam na rua. Houve uma série de fatores que levaram a que a gente aumentasse a essas entidades verbas para eles desenrolarem a sua atividade. Em relação aos bombeiros é essa a situação se bem que existem diferenças entre os bombeiros segundo a área de ação, damos mais aos de Sintra, a seguir aos de S. Pedro, depois os de Colares, devido á área de ação e aquilo que eles gastam com a nossa Freguesia.

Não damos nada a ninguém sem nos pedirem, a lei é muito clara nesse aspeto, é sempre necessário pedir por todas as instituições e IPSS, apresentarem os respetivos documentos de que não devem nada às Finanças, que não devem nada á Segurança Social, têm que enviar os registos criminais é tudo filtrado, não vamos pôr em causa esta situação.

As restantes questões pedia ao Sr. Dr. Nuno Rocha, para responder ao Sr. Nuno Cardoso, se faz favor.

O Sr. Presidente, referiu: Eu ia solicitar á Assembleia que o tempo de explicação que vai ser concedido ao responsável, como resposta aquilo que tem sido perguntado não seja contabilizado no tempo do Executivo, porque senão o Sr. Presidente da Junta não vai ter possibilidade de responder em termos de tempo para os outros pontos que faltam da ordem de trabalhos. Se a Assembleia não vir inconveniente não contabilizávamos o tempo, como tempo do Executivo e obtínhamos as respostas necessárias. Obrigado. Por favor.

O Dr. Nuno Rocha, referiu: Boa noite a todos.

Importa só explicar relativamente ao património um pouco mais abrangente, o balanço em si sofreu uma alteração o ano passado quando entrou em vigor este novo referencial contabilístico o SNC-AP, porque até então o balanço tinha outra disposição, ou seja, mostrava efetivamente três ou quatro colunas, mas nomeadamente três colunas, ativo bruto, amortizações e provisões e depois dar-nos o valor líquido e tínhamos uma perceção exatamente de todas as massas. Com a entrada em vigor do SNC-AP, esta peça, esta demonstração financeira teve uma atualização, aliás como já é nas empresas, os balanços também já são assim desde

Vera Rocha
NR

dois mil e dez, mostra somente o valor líquido do meu património, portanto posso ter uns milhões de imobilizado, neste caso de ativos fixos tangíveis, mas estar praticamente tudo amortizado e o valor líquido é muito reduzido.

Depois existem mapas, nomeadamente aquele que vem no ponto seguinte do património que é o mapa fichas de amortizações, por isso é que fazemos sempre força de enviar este mapa e não o das fichas de inventário porque mostra as duas realidades, mostra a parte do património do inventário detalhado, mas mostra também a parte financeira e aí temos uma coluna do valor do património que se chama atualizado que é equivalente ao bruto e depois na última coluna cruza com esta do balanço que é o valor líquido.

Aqui ainda que os nomes sejam idênticos, é perigoso confundirmos património líquido com o valor líquido do património e com esta rúbrica do balanço que se chama património líquido. Antigamente chamava-se capital próprio e mudou e bem, porque a administração pública não funciona com capitais próprios como as empresas, mas esta componente do balanço que é património líquido é mais do que o valor do património ou seja é efetivamente o valor de património mas inicial, ou seja quando fizemos o balanço inicial pela primeira vez o ano passado, porque mudamos de regime, tínhamos só contabilidade orçamental e implementamos a contabilidade financeira pela primeira vez e aí tivemos que fazer o chamado balanço inicial, esse valor não havendo grandes alterações ao património ele vai ser sempre constante a vida toda quase.

Só se fizermos uma análise ao inventário e deparamo-nos que efetivamente existem muitos bens que não fazem sentido lá estarem é que fazemos uma limpeza. Mas essa componente do património líquido além do património inicial tem depois também toda a parte da classe cinco, que são as operações durante o ano que resulta depois o resultado líquido, que depois transita para resultado transitado e tem lá também uma parte do resultado transitado que foi dada pela primeira vez em função do SNC-AP, portanto são rúbricas totalmente distintas.

A primeira parte que é efetivamente o património que se chama ativo não corrente e ativo corrente, mas neste caso o ativo não corrente que é exatamente o nosso inventário, cruza depois com um anexo que é muito bom e dá muito trabalho a fazer, que é o anexo á demonstração dos resultados, neste caso ás demonstrações financeiras, que se chama mesmo anexo ADDR, são vinte e três páginas que ponto por ponto explicam detalhadamente o conteúdo de quase todos os mapas que vocês têm, nomeadamente o balanço e a demonstração de resultados que são os mais importantes na parte financeira e depois temos lá uns quadros com uns valores muito pequenos que são os ativos fixos tangíveis, que são o que é móvel e os intangíveis que é mais o software e que aí mostra-nos de facto a realidade do inicial, do bruto, das variações durante o ano, o que é que se comprou, o que é que se abateu e qual foi o valor da depreciação e depois o valor líquido e mostra-nos de facto a realidade total.

Sobre as deslocações e estadas tem a ver com quilómetros, no fundo são as ajudas de custo dos eleitos, os trabalhadores em funções públicas tem algo que se chama ajuda de custo, e sempre que fazem deslocações ou quilómetros consegue-se pagar por ajuda de custo, aos eleitos não se atribui ajuda de custo porque não é um valor pecuniário. Para o estrangeiro sim, os membros do governo têm um diploma próprio para isso, eu opto por juízo profissional que esses gastos quando são do Executivo, não vão a ajuda de custo, porque entendo que a ajuda de custo são para os trabalhadores que têm vínculo á administração pública, se for um trabalhador a ir a uma formação ou deslocação em viatura própria ou de camioneta ou a pé e tiver direito a esse abono eu considero como ajuda de custo, acho que é o mais correto. Para os eleitos não, ou seja, são deslocações em exercício das suas funções, neste caso não são estadias é verdade, são quilómetros, são ajudas de custo do Executivo.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado pelos esclarecimentos, pergunto se mais alguém pretende intervir ou colocar alguma questão relativamente. Sra. Dona Isaura se faz favor.

A Sra. Deputada Isaura Abreu, referiu: No decorrer da análise da conta de gerência de dois mil e vinte e um e como estamos com algumas dúvidas e para não estarmos aqui a perder mais tempo, solicitamos que seja disponibilizado á bancada do Partido Socialista cópia ou consulta presencial, dos atos processuais dos noventa e oito contratos celebrados em dois mil e vinte e um, sendo eles oitenta e oito por ajuste direto e dez consultas prévias. Obrigada.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado pela sua intervenção. Sr. Presidente, se faz favor.

O Sr. Presidente da Junta, referiu: Já foi comunicado aliás quando demos a informação dos contratos, foi comunicado que os serviços estão á disposição para pessoalmente verem os contratos todos, já foi dito isso da última vez.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado Sr. Presidente. Mais alguém deseja intervir?

A Sra. Deputada Ana Carioca, questionou: Podemos consultar os documentos na sala destinada á assembleia?

O Sr. Presidente da Junta, respondeu: Não. Está tudo em S. João das Lampas, porque é lá que é a contratação pública.

O Sr. Presidente, referiu: Mais alguém deseja colocar alguma questão relativamente a este ponto. Passaríamos então á votação do mesmo.

VOTAÇÃO

Votos a favor: OITO (PSD+CDS+CDU+CHEGA)

Abstenções: CINCO (PS)

Pelo que foi **APROVADA POR MAIORIA**.

APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 9 DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

O Sr. Presidente, referiu: Passamos ao ponto seguinte, **apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**. Alguém pretende intervir relativamente a este ponto? Sr. Luís se faz favor.

O Sr. Deputado Luís Santos, referiu: Boa noite mais uma vez.

Não sei se a pergunta será mais dirigida ao Nuno se á tesoureira, o ano passado na Assembleia de vinte e um de junho se eu não estou em erro, quando foram aprovadas as contas, o Nuno teve uma intervenção em que nos falou que o inventário ia ser corrigido e dotado das depreciações, continuamos a ver terrenos a zero, viaturas com valores de entrada, continuamos a ver o inventário com património com coisas que a gente pensa que já nem sequer existe.

Este inventário diz-lhe muito pouco enquanto inventário, neste novo ano houve entradas de uns bens com valores a zero e gostava de saber o porquê disso e para quando a revisão do inventário, para que ele seja minimamente coerente com aquilo que existe, porque acreditamos que há ali muita coisa que já não existe.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado pela sua intervenção, não sabe se alguém do Executivo ou o Sr. Dr. querem intervir. Se faz favor.

Vera Rocha
h M

O Dr. Nuno Rocha, referiu: Obrigado Sr. Presidente. De uma forma genérica os inventários de todas organizações precisam de ser revistos sempre, é uma luta que nós temos no dia a dia, de cada vez mais tentar incutir esse espírito de que nem tudo é inventário, temos esta mentalidade, mas uma coisa é o inventário e outra é o património e quando nós falamos de património para ser valorizado e depois capitalizado e inserido depois na contabilidade deixe de fazer sentido nós termos um inventário.

Em relação á questão concreta do Sr. Vogal em dois mil e vinte e um, pode acontecer o valor estar a zero, nós desconhecemos o valor de origem, descobrimos um bem que não está inserido antigo e que descobrimos agora e vamos porque faz sentido de constar do património, porque ainda existe e está em funcionamento e em bom estado, depois existe uma guerra entre classes que é quem tem competência para poder avaliar. Eu não tenho, sendo contabilista às vezes nem os próprios revisores tem que se contratar um perito e às vezes não vale a pena estar a gastar dinheiro quando um bem já não vale nada.

O Sr. Deputado Luís Santos, referiu: Constam na última folha três telemóveis com o valor a zero, na página vinte e sete.

O Dr. Nuno Rocha, referiu: eu só tenho vinte e seis páginas. Mas é possível, porque existem contratos onde existe um pacote de subsidiação e não há valor do telemóvel e são inseridos ao custo de aquisição neste caso o custo é zero.

Relativamente aos terrenos, os terrenos não são amortizáveis, vão ter sempre taxa zero de amortização e valor zero. O valor do terreno não desvaloriza nunca na vida, portanto sempre que inventariamos um bem, por exemplo esta Sede o que fazemos a nível de património, isto tem um valor de caderneta predial e hoje em dia á luz do SNC-AP diz a lei, que devemos inventariar ao valor patrimonial tributário e o que nós fazemos expurgamos os vinte e cinco por cento que a lei determina para o valor do terreno e criamos uma ficha para o terreno e só os setenta e cinco por cento remanescentes é que são depreciados, porque o edifício desvaloriza e o terreno nunca desvaloriza, do ponto de vista contabilístico e fiscal.

O ano passado foi feito um trabalho e acho que já tinha explicado isso, penso que em junho fizemos um trabalho de validação no portal da AT e tiramos todas as cadernetas prediais e colocamos os valores do VPT, ou seja, do valor patrimonial tributário, é possível que haja cadernetas que tenham valor zero, ou próximo de zero. A AT está constantemente a fazer atualizações dos valores, mas pode-se confirmar como é obvio. Às vezes são terrenos doados e pode haver aí algum terreno que não haja caderneta predial, agora não me recordo, mas podemos cruzar essa informação mais uma vez.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado mais uma vez pela sua informação. Pergunto se mais alguém deseja intervir.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: De acordo com o inventário temos esta listagem, e temos bens que vêm desde mil novecentos e noventa e nove e que têm o valor, supostamente o valor de aquisição e depois temos o apuramento do valor, o ano e depois o valor patrimonial atualizado e os valores são sempre os mesmos, mesmo os de noventa e nove.

Não é uma questão de sermos assim “chatos”, mas é uma questão de tentar perceber.

Estão aqui por exemplo, cadeiras, mesas, estante de mil novecentos e noventa e nove, uma carpete de mil novecentos e noventa e oito valorizada em novecentos e dezoito euros.

O Sr. Presidente da Mesa, referiu: Muito obrigado pela sua intervenção. -----

O Dr. Nuno Rocha, referiu: Queria só validar primeiro se não se importarem qual foi o mapa que foi enviado para a Assembleia, porque eu estou a falar de um mapa e agora vi outro, eu estava a falar do mapa de amortizações. Não foram enviados os dois então.

Existem dois mapas e eles são muito idênticos, são os termos que depois mudam e esse mapa tem uma leitura correta, mas no meu entender não é a mais desejada, porque o valor que está aí está corretíssimo o valor patrimonial atualizado é sempre o mesmo desde que o bem adquirido entra em funcionamento, até que esteja totalmente depreciado e vale zero, porque o valor patrimonial atualizado é o valor da aquisição mais ou menos reparações, valorizações que tenha ao longo da vida. O valor patrimonial atualizado é sempre este.

Depois temos o valor patrimonial líquido, que é o valor patrimonial atualizado das suas depreciações ao longo da sua vida útil e depois dá o valor zero ou o valor que terá em função da vida útil que tem, já percebi a questão das páginas do mapa que estava a ver.

É mais completo no sentido em que tem essa informação e depois tem a informação das depreciações a seguir e mostra-lhe o valor líquido. Um bem que tenha sido adquirido em noventa e nove e que não seja em princípio um edifício de alvenaria que é depreciado em cinquenta anos hoje em dia, todos os outros bens móveis que sejam em oito, nove ou dez anos, seria totalmente depreciado o seu valor líquido é zero, o seu valor patrimonial atualizado enquanto ele estiver em uso, ou seja enquanto não for abatido é sempre exatamente o mesmo de quando foi adquirido.

Essa coluna que está a ver e já percebi a questão do Nuno há pouco, essa última coluna que é o valor patrimonial atualizado, mas líquido é que cruza com aquela rubrica do balanço que é exatamente o mesmo valor, são os quatrocentos e sessenta e seis que é o valor líquido.

A Sra. Deputada Ana Carioca, referiu: Peço o envio dessa listagem.

O Sr. Presidente, referiu: Obrigado pela sua explicação. Solicitamos então aos serviços que hajam em conformidade, relativamente ao envio para as diferentes bancadas do documento que efetivamente se encontra em falta.

O Dr. Nuno Rocha, referiu: Não é que esteja em falta, o que a lei determina no artigo décimo novo neste caso compete à Assembleia apreciar.

Existem outros Executivos que enviam o mapa síntese, por exemplo que são três páginas, porque não há um mapa explícito, ou seja, não há um tipo de informação exata que sejam para envio. Existe sempre um mapa que não satisfaz toda a gente, se houver bens que estão inventariados com custo zero, neste mapa que eu estava a falar eles não vão sair, porque como não vai ter amortizações é um bem que não interessa lá estar. Esse mapa é mais detalhado nesse ponto de vista, ou seja, é mais inventário do que património, mostra todos os bens independentemente de serem depreciados ou não, é uma questão quase de gosto, eu às vezes digo enviem os dois. Quando é digital não tem problema, quando tem que imprimir é que é um pouco mais chato, os dois complementam-se um pouco um ao outro.

Não estou a defender nem um lado nem outro, mas efetivamente não existe um padrão escrito em lado nenhum que determina esta é a informação que vai.

Hoje em dia para as micro entidades, que tenham despesa paga até um milhão de euros existe na lei um mapa específico que até é de envio obrigatório para o Tribunal de Contas, para nós acima de um milhão deixou de ser obrigatório o inventário ir para o Tribunal de Contas por exemplo. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente, referiu: Muito obrigado mais uma vez. Presumo que os serviços irão então enviar para os elementos da Assembleia esse documento para apreciação. Mais alguma intervenção relativamente a esta questão da apreciação do

Inventário. Não havendo mais nenhuma questão, passaríamos então para o ponto seguinte.

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2022, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTº 9º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Referiu: Pergunto às diferentes bancadas se alguém deseja intervir. Não existem intervenções para este ponto, vamos então colocar à votação.

VOTAÇÃO

Votos a favor: OITO (PSD+CDS+CDU+CHEGA)

Abstenções: CINCO (PS)

Pelo que foi **APROVADA POR MAIORIA.**

ENCERRAMENTO

Não havendo mais intervenções, quando eram vinte e três horas e quarenta e um minutos, o Sr. Presidente da Mesa considerou encerrada a reunião, colocando à votação a ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade. Agradeceu ao público que encheu a sala o que não é normal.

E eu, Sandra Maria Guemais Pachado, na qualidade de funcionária designada para o efeito, lavrei a presente ata que subscrevo, após ter sido lida e aprovada.

ANEXOS:

Um- “Voto de Pesar pelas Vítimas da Guerra na Ucrânia” (PSD);

Dois- Moção número um- “25 de Abril- Abril é mais futuro e 1º de Maio e a luta dos trabalhadores” (CDU);

Três- Moção número dois- “Sobre os combustíveis” (CDU);

Quatro- Moção número três- “Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra” (CDU);

Cinco- Folha de presenças;

Seis- Justificação de faltas e pedidos de substituição.

O Presidente da Mesa: _____

1ª Secretária: Vera Rocha

2º Secretário: Henrique Manuel R. F. A.



ANEXO 1
AF 07.04.2022
NTG 3/2022

Vera Rocha
K AL
★

Voto de Pesar pelas Vítimas da Guerra na Ucrânia

A Rússia lançou em 24 de fevereiro uma ofensiva militar na Ucrânia que matou pelo menos 1.430 civis, incluindo 121 crianças, e feriu 2.097, entre os quais 178 menores, segundo os mais recentes dados da ONU, que alerta para a probabilidade de o número real de vítimas civis ser muito maior.

A guerra já causou um número indeterminado de baixas militares e a fuga de mais de dez milhões de pessoas, das quais 4,1 milhões para os países vizinhos.

Esta é a pior crise de refugiados na Europa desde a II Guerra Mundial (1939-1945) e as Nações Unidas calculam que cerca de 13 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária.

A invasão russa foi condenada pela generalidade da comunidade internacional, que respondeu com o reforço de sanções económicas e políticas a Moscovo.

A organização dos direitos humanos Human Rights Watch denunciou, no passado domingo, que nas zonas da Ucrânia sob controlo russo foram feitas "execuções sumárias", entre outros "abusos graves" que podem configurar crimes de guerra.

A retirada das tropas russas do norte de Kiev permitiu ver indícios de alegadas execuções de várias centenas de civis no subúrbio de Busha e noutras áreas.

A Comissão Europeia anunciou uma investigação da UE a alegados crimes cometidos em Busha e noutras cidades ucranianas pelas tropas russas, salientando que os perpetradores de crimes hediondos não podem ficar impunes.

A Ucrânia é um Estado livre, soberano e independente. A invasão em curso por parte da Rússia é um ato ilegal, ilegítimo e imoral. A soberania e a integridade territorial dos Estados é inviolável, devendo ser preservada e protegida, nos termos do direito internacional.

É com profundo pesar para a história europeia, para a comunidade internacional e para os direitos humanos que, mais uma vez, percebemos que a paz e a estabilidade social nunca estão garantidas.

Lamentamos assim, os atos hostis e bélicos da Rússia para com os povos da Ucrânia e manifestamos a mais profunda solidariedade e vontade de que a via diplomática não esteja totalmente inviabilizada, e que a paz seja restabelecida o quanto antes.

A manutenção da paz e a autodeterminação dos povos são direitos fundamentais que nunca, devem ser colocados em causa, apelando a uma resolução multilateral e pacífica deste conflito que respeite a soberania dos povos e dos Estados.




Vere Rocha
11-1-11

Propõem-se assim, que na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São João Das Lampas e Terrugem, na sua reunião no dia 07 de abril de 2022, delibere:

O cumprimento, de um minuto de silêncio em solidariedade pelo povo da Ucrânia e por todas as vítimas desta guerra.

Sintra, 6 de abril de 2022.

A Bancada Do Partido Social Democrata.



Filipa Guimarães Cabral Da Camara.

Moção CDU

25 de Abril - Abril é mais Futuro
e 1º Maio e a luta dos Trabalhadores

Considerando que:

- Se aproxima a comemoração do 48.º aniversário da Revolução de Abril.
- As comemorações populares do 48.º aniversário da Revolução de Abril, constituem um importante momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia, contra a ditadura fascista e, simultaneamente, de exigência de uma política e de um rumo que responda aos problemas do País e às aspirações dos trabalhadores, dos jovens e do povo português.
- A Revolução de Abril foi uma revolução libertadora, com profundas transformações na vida nacional traduzidas em inapagáveis avanços e conquistas que hoje perduram como valores e referências para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano. Uma revolução que enfrenta um longo percurso contra-revolucionário e a permanente tentativa de falsificação do que representou.
- A Revolução de Abril foi uma rutura com o regime fascista, determinada pela ação dos militares do MFA a que se seguiu a ação das massas populares que eliminou a estrutura sócio-económica em que assentava a ditadura fascista.
- Quando se salienta que passam já mais anos desde o 25 de Abril de 1974, do que o tempo que durou o regime fascista, assinala-se hoje uma realidade que se contrapõe aos tempos negros do fascismo. Mas importa sublinhar que se a realidade de Portugal hoje, continua a ter a marca da Revolução de Abril, de muitas das suas conquistas, que o grande capital ainda não conseguiu destruir, tem também a marca do processo contra-revolucionário e dos graves problemas que gerou.
- A situação que vivemos interpela os trabalhadores e povo português. Convoca para as comemorações de Abril, mobiliza para que se apliquem na vida os direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa, exige que se cumpra o seu projeto e coloca a necessidade dos valores de Abril como elemento central do futuro que Portugal precisa.
- Numa situação em que estão presentes elementos de intensificação de exploração, de empobrecimento, de ataque a direitos e a serviços públicos, de desigualdades, injustiças e discriminações, de branqueamento do fascismo, de promoção de conceções retrógradas e reacionárias, de condicionamento das liberdades e ameaças à paz, a CDU apela aos democratas e patriotas, aos trabalhadores, aos jovens e ao povo para que façam das comemorações uma afirmação dos valores de Abril e de exigência de um Portugal desenvolvido e soberano, num mundo de paz, cooperação e amizade entre os povos.

Jose Rache
Hm
RF

Mocdº nº 9

2/2

AF 7.4.2022

A CDU propõe que A Assembleia da união de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem reunida a 07 de abril 2022:

- Saudar o 48.º aniversário da Revolução de Abril, momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia;
- Apelar para que todos os que se identificam com as conquistas, direitos e valores do 25 de Abril que a Constituição da República aprovada em 1976 consagrou, se associem e participem nas comemorações populares que estão em preparação e terão lugar, nomeadamente no Desfile Popular em Lisboa, no dia 25 de Abril, às 15h;
- Saudar a comemoração do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e apelar à participação de todos na jornada de luta do 1º de Maio como valorização do trabalho e dos trabalhadores e respostas aos problemas do povo e do País.

Bancada CDU

ANEXO 3
AF 07.04.2022
ATA 3/2022
MOÇAS Nº 2

112



Vera Roche
Hum Al

CDU

Moção

Sobre os Combustíveis

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em Particular.

As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas sub orçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado gasóleo verde.

AF 07.04.2022

Moçãs Nº 2

2/2

A Assembleia da união de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem reunida a 07 de Abril 2022:

1. Expressar a sua solidariedade à(s) AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses.
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde,
3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

Bancada CDU

CDU

Moção

Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra

É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associadas à guerra seja ela qual for. A morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e forte razão porque devem ser evitadas. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os alegados “crimes de guerra” ocorridos em Bucha não só são inquietantes como exigem cabal apuramento.

Considerando que todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países;

Considerando comprovados exemplos em que determinadas situações apresentadas como verdadeiras, se vieram posteriormente a confirmar falsas e baseadas em operações de manipulação – de que é testemunho a invocada existência pelos EUA de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perdas humanas – inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência e para forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas;

Considerando os graves perigos da escalada da guerra para a região e o mundo e a urgência de soluções que garantam a paz;

A Assembleia da união de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem reunida a 07 de Abril 2022 :

- Reclama o indispensável, cabal e rigoroso apuramento das situações relatadas, assegurado por parte de entidades efectivamente independentes, determinadas pela real avaliação dos factos e não por pré-determinados julgamentos que contribuam não para apurar a verdade, mas sim para alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra e os objectivos de quem nela vê uma peça para garantir a sua hegemonia mundial;

- Condena todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, tenham ocorrido ou ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países.

Vera Roche
Hml Nk

